

RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO

| | |
|---|---|
| Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: 22/05/2026, às 09h (horário de Brasília), no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br | Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 19/05/2026 |
|---|---|

| | | |
|---|------------------------|--------------------------------------|
| Objeto: | | |
| Contratação de empresa para o fornecimento de licenças da "solução profissional de gerenciamento de microsserviços - Red Hat OpenShift", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, com vistas a atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. | | |
| Valor Estimado da Contratação (Global) | | |
| R\$ 1.233.527,99 (um milhão, duzentos e trinta e três mil quinhentos e vinte e sete reais e noventa e nove centavos) | | |
| Registro de Preços? | Vistoria | Instrumento Contratual |
| NÃO | SIM | Termo de Contrato |
| Forma de Adjudicação | Modo de disputa | Intervalo mínimo entre lances |
| Menor preço global | Aberto | 1% (um por cento) |

| | |
|--|---|
| Documentos de habilitação (Item 10 e Anexo III)* | |
| <u>Requisitos Básicos:</u> <ul style="list-style-type: none">- Ato constitutivo, estatuto, contrato social em vigor ou decreto de autorização;- Cédula de identificação e documento de outorga de poderes do representante;- Regularidade Fiscal e Trabalhista completa (consulta pelo pregoeiro ao SICAF, preferencialmente);- Consulta pelo pregoeiro aos cadastros informativos de Combate ao Trabalho Escravo, CAGEFIMP, CEIS, CNEP e CNIA;- Consulta pelo pregoeiro ao Cadastro de Fornecedores do TCE-RO e Lista de inidôneos do TCU. | <u>Requisitos Específicos:</u> <ol style="list-style-type: none">Qualificação Econômico-Financeira:<ol style="list-style-type: none">1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial - Lei n. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste prazo de validade;1.2. Será admitida a participação de empresa em recuperação judicial já deferida, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais, comprovando:<ol style="list-style-type: none">1.3.1. Apresentação de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do item para o qual a licitante apresentar proposta.Qualificação técnica operacional:<ol style="list-style-type: none">2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de soluções similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, impresso em papel timbrado, com os dados do responsável pela informação atestada, comprovando que a licitante forneceu, |

instalou, configurou e prestou suporte técnico de características semelhantes aos especificados neste edital.

2.2. Não serão aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais ou internet.

2.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) fornecimento de licenças da "solução profissional de gerenciamento de microsserviços - Red Hat OpenShift, correspondente a 50% da quantidade estimada no item 1 do quadro constante no item 4.1 do Termo de Referência.

2.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

2.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

2.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

3. Qualificação técnica profissional:

3.1. Deverá ser apresentado pelas licitantes ao menos 1 (um) profissional com certificação técnica oficial do fabricante, compatível com o(s) objeto(s) deste processo, que acompanhará e se responsabilizará pela instalação dos equipamentos. Esse profissional deverá estar presente durante a fase de instalação, sendo capaz de prestar suporte técnico imediato e, se necessário, escalar chamados ao fabricante, a fim de assegurar a correta implementação e o pleno funcionamento da(s) solução(ões) contratada(s).

Condições detalhadas no Termo de Referência, item 9.12 e seguintes.

*** O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado nas seções do instrumento convocatório acima indicadas. Na divergência entre os documentos de habilitação presentes no Termo de Referência e o Anexo III do edital, prevalecerão as condições deste último.**

| Licitação Exclusiva ME/EPP? | Reserva Cota ME/EPP? | Prioridade ME/EPP local ou regional? | Exige amostra/demonstração? |
|--|----------------------|--------------------------------------|-----------------------------|
| Não | Não | Não | Não |
| Planilha de custos e formação de preços | | | Não |
| Catálogos, folhetos ou documentos equivalentes, com fotos dos produtos ofertados que permitam a conferência das especificações técnicas e comprovem o atendimento ao descritivo constante no Termo de Referência – Anexo I deste edital. | | | SIM |
| Prazo para envio da proposta definitiva e documentos de habilitação/complementares | | | |
| 02 (duas) horas após convocação do pregoeiro se outro prazo não for concedido no chat de mensagens. | | | |
| Telefone para contato | | E-mail para contato: | |

(69) 3010-0933

(69) 3010-0934

(69) 3010-0936

pregoeiro@tce.ro.gov.br

Observações Gerais:

- Tendo em vista a ausência de descrições idênticas de alguns itens, por ocasião do cadastramento junto ao Sistema de Compras do Governo Federal (CATMAT), os mesmos foram cadastrados com descritivos similares, todavia, para cadastramento da proposta, deve-se observar e atender aos descritivos constantes no Anexo I - Termo de Referência e Anexo II - Orientações e modelo de proposta.

- Após a fase de lances e negociação de preços, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço atualizado, e os documentos de habilitação exigidos no edital, quando convocado pelo Pregoeiro.

- Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante, quando convocado pelo Pregoeiro.



Documento assinado eletronicamente por **Gleudson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 07/05/2026, às 09:49, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tce.ro.tc.br/validar>, informando o código verificador **1045641** e o código CRC **7FF92BB4**.

Referência: Processo nº 005104/2025

SEI nº 1045641

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone: 6932119135 - www.tce.ro.tc.br

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90004/2026/TCE-RO - AMPLA PARTICIPAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, tipo menor preço, realizado no site: <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O Edital está disponível para *download* gratuito nesse endereço e no Portal de Transparência do TCE-RO: <https://transparencia.tce.ro.gov.br/transparenciatce/LicitacoesContratos/Licitacoes>.

UASG: **935002**. Processo: 005104/2025, Legislação regente: **Lei Federal n. 14.133/2021**.

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de licenças da "solução profissional de gerenciamento de microsserviços - *Red Hat OpenShift*", condições detalhadas no edital.

Data de realização: **22/05/2026, horário: 09h00min** (horário de Brasília-DF).

Valor total estimado: **R\$ 1.233.527,99 (um milhão, duzentos e trinta e três mil quinhentos e vinte e sete reais e noventa e nove centavos)**.

Pregoeira: **ADRIANA LARISSA FREITAS DOS SANTOS**



Documento assinado eletronicamente por **Gleudson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 07/05/2026, às 09:51, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tceroc.br/validar>, informando o código verificador **1045645** e o código CRC **A7D932DA**.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90004/2026/TCE-RO

UASG: 935002

PREÂMBULO

O **Tribunal de Contas do Estado de Rondônia**, inscrito no CNPJ sob o n. **04.801.221/0001-10** torna pública a realização do presente Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, com ampla participação, para aquisição do objeto abaixo descrito. A licitação, autorizada no Processo Administrativo SEI! n. 005104/2025, será regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, Lei Complementar n. 123/06 e todas as suas atualizações ou quaisquer outras que venham a substituí-las, independentemente de sua transcrição, e pelas condições constantes neste Edital.

Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 7h30 às 13h30, pelos telefones (69) 3609-6238 ou (69) 3609-6240, ou pelo e-mail: pregoeiro@tce.ro.gov.br. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e no Portal da Transparência deste TCE-RO (www.tce.ro.br).

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente edital consiste no Contratação de empresa para o fornecimento de licenças da "solução profissional de gerenciamento de micros serviços - Red Hat OpenShift", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, com vistas a atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
- 1.2. As especificações devem constar no termo de referência (Anexo I), sendo vedada cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada.
- 1.3. A licitação terá como critério de julgamento o menor preço global, será realizada em grupo único, formado por 03 (três) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 1.4. As informações acerca da entrega do bem/prestação do serviço estão pormenorizadamente descritas no Termo de Referência.

2. CONDIÇÕES PRELIMINARES

- 2.1. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.
- 2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações, prevalecerão as constantes do edital.
- 2.3. Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, com certificação digital.

3. DA COMUNICAÇÃO

- 3.1. Toda a comunicação será realizada por meio eletrônico:
 - I - Durante o procedimento licitatório, por meio das ferramentas de comunicação do sistema Comprasnet;
 - II - Alternativamente, a critério do pregoeiro ou após a conclusão do certame, por e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta).
- 3.2. No caso de comunicação por e-mail, a ciência do ato dar-se-á na data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação ao término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.
- 3.3. Havendo quaisquer problemas de ordem técnica, o envio de documentos relacionados ao julgamento da licitação poderá ser feito ao e-mail institucional pregoeiro@tce.ro.gov.br, sendo posteriormente disponibilizados para consulta no sítio eletrônico.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

4.1. Poderão participar deste pregão eletrônico, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante. O licitante também é o único responsável pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou pela sua eventual desconexão.

4.3. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5. Restrições à participação de pessoas físicas e/ou jurídicas (no que couber) e sem prejuízo de outras previsões legais específicas:

- I - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- II - Impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;
- III - Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;
- IV - Empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, IV da Lei n. 14.133/2021[1];
- V - Em processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- VI - Impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia;
- VII - Suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Órgão;
- VIII - Punida com suspensão temporária do direito de licitar e contratar[2];
- IX - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- X - Órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital - nos casos de Edital de licitação para registro de preços, na forma do art. 82, inciso VIII da Lei 14.133/2021;
- XI - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- XII - O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- XIII - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- XIV - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- XV - Cooperativas e empresas sob a forma de consórcios, conforme item 16 do Termo de Referência.

4.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos XII e XIII do item 4.5 deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.8. O disposto neste item não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.9. Os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados em português (ou traduzidos por tradutor juramentado).

4.10. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar n. 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E ESCLARECIMENTOS

- 5.1. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados, nos prazos previstos na legislação, via e-mail para o endereço pregoeiro@tce.ro.gov.br, não suspendendo os prazos previstos no certame.
- 5.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n. 14.133/21 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, de acordo com o artigo 164 da Lei 14.133/21.
- 5.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 5.4. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

6. DOS REQUISITOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

- 6.1. Será declarada a proposta vencedora aquela que preencher as exigências de especificação do termo de referência e melhor classificada segundo o critério de julgamento eleito.
- 6.2. Os preços unitários e totais devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (sendo as demais desprezadas), em algarismos e por extenso.
- 6.3. Poderão ser desclassificadas as propostas que apresentem irregularidades, a exemplo de:
- I - Contiver vícios insanáveis;
 - II - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - III - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - V - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
 - VI - Cotação de objeto diverso;
 - VII - Condições que contrariem as exigências deste certame ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;
 - VIII - Proposta alternativa ou que não atenda aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;
 - IX - Irregularidades ou defeitos que prejudiquem o julgamento objetivo por parte do pregoeiro;
 - X - Proposta de valor excessivo, manifestamente inexequível ou omissa;
 - XI - Proposta e/ou documentos complementares não enviados no prazo estabelecido pelo pregoeiro.
- 6.4. A desclassificação será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.
- 7.2. O critério de julgamento desta licitação será aquele descrito no **item 1** do presente Edital.
- 7.3. O envio dos lances deverá corresponder ao valor total do item. Os preços unitários e totais devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (sendo as demais desprezadas), em algarismos e por extenso.
- 7.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances (conforme consta do orçamento estimativo), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.
- 7.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.5.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.5.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.5.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.5.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, admitir justificadamente o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.6. Ao final da etapa de lances, ocorrendo empate ficto de ME/EPP (art. 44, § 2º, da Lei Complementar n. 123/06) o sistema eletrônico se encarregará automaticamente de assegurar o exercício dos direitos de preferência.

7.7. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será a reabertura para disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

7.8. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, os licitantes deverão acompanhar a etapa de JULGAMENTO, permanecendo on-line para atender eventuais convocações do pregoeiro e mensagens do sistema, sob o risco da perda de direitos.

7.9. No caso de desconexão com o pregoeiro no decorrer da etapa competitiva deste Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.10. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão desta licitação será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes através do sistema eletrônico de compras (no sítio www.compras.gov.br), em um prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas após ao aviso.

7.11. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.12. **Esgotados todos os critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.**

8. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

8.1. Para todos os efeitos, aplicam-se à presente licitação todos os direitos assegurados às micro e pequenas empresas na Lei Complementar n. 123/2006.

8.2. A obtenção de benefícios previstos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação para a licitação, em atendimento ao previsto no artigo 4º da Lei n. 14.133/2021.

8.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

8.4. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, observando os critérios de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3. Após a negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros previstos no item 11 - DA HABILITAÇÃO.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.6. Na ocorrência citada no item 10.4, o licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.7. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.8. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.9. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o licitante provisoriamente classificado deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchida, no prazo de até 02 (duas) horas, a partir da convocação efetuada pelo pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema COMPRASNET.

9.10. O pregoeiro examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

9.11. Caso atendidas as condições de participação observando o disposto no item 7 - DOS REQUISITOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS, será iniciado o procedimento de habilitação.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A relação de documentos requisitados para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se em anexo a este edital, a qual poderá ser substituída por registro cadastral emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

10.2. A habilitação do licitante poderá ser comprovada mediante consulta on-line a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

10.3. A apresentação do Certificado de Registro Cadastral em validade, emitido pela Comissão de Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, será válida opcionalmente, como comprovação da habilitação requerida.

10.4. Serão consultados, para fins de habilitação:

- I - As declarações prestadas em campo próprio do sistema;
- II - SICAF;
- III - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011;
- IV - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>), que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;
- V - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>), que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;
- VI - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;
- VII - Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo;
- VIII - Lista de inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU);
- IX - Cadastro de Fornecedores do TCE-RO.

10.5. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I - Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II - Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III - Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

10.6. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos há menos de noventa dias.

10.7. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro. Caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de licitação do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

11. DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Caberá recurso em face de:

- I - Julgamento das propostas;
- II - Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- III - Anulação ou revogação da licitação.

11.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

- I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de

habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento.

11.3. Qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recurso no prazo de 10 (dez) minutos após a aceitação da proposta e habilitação do fornecedor.

I - A falta de manifestação do interesse de recorrer no prazo estabelecido autoriza a Administração a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.4. O licitante deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo.

11.5. Para justificar e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do acatamento de sua intenção de recurso.

11.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.7. Os recursos serão dirigidos ao pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão em 3 (três) dias úteis. Caso não reconsidere, deverá remeter o recurso à autoridade competente para julgamento, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, de acordo com o § 2º do artigo 165 da Lei 14.133/21.

11.8. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

11.9. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.10. A adjudicação do objeto e a homologação do resultado deste pregão compete ao ordenador de despesas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

12. DAS PENALIDADES

12.1. A contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas no Regulamento Referente à apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas cometidas por licitantes ou fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia durante os processos de aquisição de bens e contratação de serviços e obra. Dentre as penalidades, tem-se:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa contratual;

IV - impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 3 (três) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

12.4. O percentual da multa moratória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem excederá 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato. O seu valor será calculado em percentual sobre o valor da parcela em mora, e incidirá por dia de atraso, sob limites proporcionais ao prazo fixado para cumprimento da obrigação assumida.

13. OS PROCEDIMENTOS APÓS A CONCLUSÃO DO CERTAME

- 13.1. A Administração disponibilizará mecanismo de assinatura eletrônica para assinar o instrumento contratual.
- 13.2. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de meio digital/virtual, far-se-á a remessa do contrato, por via postal, para assinatura da adjudicatária.
- 13.3. A adjudicatária será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail) para assinatura do contrato, no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, devendo realizar a assinatura no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.
- 13.4. A gestão, fiscalização e o acompanhamento da execução contratual, serão realizados de acordo com as disposições constantes na Lei 14.133/21 e nos regulamentos internos do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
- 13.5. O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia realizará o pagamento ao contratado de acordo com o estabelecido no Termo de Referência /Projeto Básico, e em conformidade com as disposições estabelecidas no regulamento interno de ordem cronológica de pagamentos.
- 13.6. Caberá reajuste de preços sempre que solicitado pelo contratado dentro da vigência contratual e desde que transcorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento-base, cujo índice será o disposto no Termo de Referência/Projeto Básico e Instrumento Contratual.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica.
- 14.2. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.
- 14.3. A contratada deverá disponibilizar e manter controle permanente sobre endereço eletrônico (e-mail), o qual será o canal oficial de comunicação, sendo válido para avisos, comunicações formais, notificações e todo o contato oficial, com prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para resposta.
- 14.4. Não havendo expediente na data determinada, ou na ocorrência de qualquer outro fato que impossibilite a realização deste pregão, a sessão será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário.
- 14.5. Integram este edital os anexos a seguir:
- Anexo I – Termo de referência/Projeto básico;
 - Anexo II – Orientações e modelo de propostas;
 - Anexo III – Relação de documentos de habilitação;
 - Anexo IV – Minuta do contrato;
 - Anexo V – Planilha de resumo de preços; e
 - Anexo VI – Declaração de inexistência de vínculo TCE/RO.

Porto Velho - RO, datado e assinado eletronicamente.

[1] Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas: IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

[2] Conforme entendimento exarado no Parecer nº 210/15-ASSEJUR/GP/TCE-RO, a suspensão do direito de licitar e contratar lastreada no art. 87, III da Lei 8.666/93 “espraia-se para além do órgão e do ente federativo da qual irrompeu”. A este respeito, ver STJ, T2 - Segunda Turma, REsp 151.567/RJ, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, j. 25/02/2003, p. DJ 14/04/2003 e STJ, T2 – Segunda Turma, REsp 174.274/SP, Rel. Min. Castro Meira, j. 19/10/2004, p. DJ 22/11/2004.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA LARISSA FREITAS DOS SANTOS, Técnico(a) Administrativo**, em 24/04/2026, às 10:23, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tce.ro.br/validar>, informando o código verificador **1035191** e o código CRC **69FDF885**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026/TCE-RO
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS

Constitui o Anexo I do presente edital o Termo de Referência e seus anexos, elaborados pela Divisão de Administração de Redes e Comunicação - DIARC, conforme documentos transcritos abaixo:

- Termo de Referência (1039873);
- Anexo A - Obrigações das partes (0949753);
- Anexo B - Declarações Legais (0949755);
- Anexo C - Especificações Técnicas Detalhadas (0987276);
- Anexo D - Termo de Compromisso (0949781);
- Anexo E - Cronograma de Execução (0949787);
- Anexo F - Glossário de termos específicos de TIC (1036246);
- Estudo Técnico Preliminar - ETP (0896623);
- Mapa de Risco (0940076).



Documento assinado eletronicamente por **Gleudson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 07/05/2026, às 09:51, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1046035** e o código CRC **25C62C98**.

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 005104/2025

1. UNIDADE REQUISITANTE

1.1. A unidade requisitante da presente contratação é a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC.

2. OBJETO

2.1. **Contratação de empresa para o fornecimento de licenças da "solução profissional de gerenciamento de microsserviços - Red Hat OpenShift"**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, com vistas a atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

2.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogáveis na forma do art. 114 da Lei 14.133/21.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Em 2024, por meio do Processo nº 003160/2023 (ID 003160/2023), o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) implantou a ferramenta **Red Hat OpenShift**, uma solução estratégica, utilizada para o gerenciamento de aplicações em contêineres, visando modernizar sua infraestrutura tecnológica e atender às crescentes demandas por serviços digitais de alta disponibilidade, escalabilidade e segurança. Na ocasião, foi contratada a versão **Premium da solução**, que, embora tenha permitido avanços significativos, apresenta limitações de recursos e funcionalidades para aplicações que exijam armazenamento persistente, essenciais para o crescimento das operações desta Corte, considerando os sistemas robustos que estão entrando em produção, como exemplo destaca-se o sistema BERA, que está sendo desenvolvida para centralizar consultas e cruzamento de um grande volume de dados.

3.2. Assim, com a consolidação do ambiente e o aumento da utilização da plataforma em sistemas críticos, evidenciou-se a necessidade de evolução para a versão **Plus Premium**, que oferece maior capacidade de suporte, desempenho e funcionalidades avançadas, permitindo o gerenciamento eficiente de cargas de trabalho em grande escala. Essa evolução é indispensável para assegurar a continuidade da migração de aplicações ainda alocadas em infraestrutura problemática, além de garantir suporte técnico oficial, atualizações de segurança e novos recursos da plataforma.

3.3. A continuidade de uso da ferramenta, além da evolução de versionamento, visa a melhoria dos serviços e maior flexibilidade, escalabilidade e padronização da infraestrutura para a acomodação de projetos estratégicos na infraestrutura tecnológica deste Tribunal. A atualização para a versão **Plus Premium** do **OpenShift** não representa apenas um incremento tecnológico, mas sim um passo essencial para sustentar a transformação digital em curso no TCE-RO. A ampliação dos recursos disponíveis possibilitará maior estabilidade operacional, melhor aproveitamento da infraestrutura existente e suporte adequado à crescente complexidade dos sistemas em desenvolvimento e já em produção. Com isso, a instituição garante condições mais robustas para a inovação, assegurando que suas soluções digitais possam acompanhar a evolução das demandas sociais e institucionais, fortalecendo a atuação do Tribunal em sua missão de promover a fiscalização eficiente e a boa governança pública.

3.4. Cabe destacar que, conforme estabelecido no **Contrato n. 56/2024/TCE-RO**, as licenças da solução adquiridas em 2024 **estarão vigentes até 30/06/2026**.

CONCEITO DA FERRAMENTA

3.5. **Red Hat OpenShift** é uma plataforma como serviço, ou seja, uma **Plataforma como Serviço (PaaS)**. Uma **PaaS** serve para as empresas executarem, gerenciarem, testem suas aplicações e as tornem disponíveis aos seus usuários. A vantagem de uma **PaaS** é a possibilidade de ter um ambiente de desenvolvimento, homologação e produção sem a necessidade de incluir uma carga gigantesca de tarefas ao gerenciamento de TI.

3.6. O **Red Hat OpenShift** fornece ambientes de implantação predefinidos para diversos tipos de aplicações, por meio do uso da tecnologia de containers. Isso cria um ambiente em conformidade com os princípios do **DevOps**, onde destaca-se a redução no tempo de disponibilização dos serviços e de entrega contínua, destacando-se como uma opção com ótimo custo-benefício, usabilidade simples e uma grande portabilidade, tendo ainda a compatibilidade com diversos servidores de aplicação. O **OpenShift** opera no modelo de container, baseado em **Docker**, um mecanismo de orquestração construído sobre o **Kubernetes**. Ademais, ao longo do uso promove a otimização dos recursos de tecnologia de informação e a disseminação da cultura **DevOps**, já que os mecanismos oferecidos pela solução facilita a interação entre equipes, eliminando distorções conflitantes que possam causar indisponibilidade de sistemas, baixa qualidade de entrega, tempo de entrega mais rápido e o estabelecimento de esteira de testes de códigos de aplicações.

3.7. Com recursos integrados de segurança, escalabilidade e automação, o **OpenShift** oferece um ambiente pronto para uso, combinando suporte empresarial com ferramentas avançadas para atender diferentes demandas de TI. Sua arquitetura permite rodar cargas de trabalho em nuvens públicas, privadas ou híbridas, viabilizando alta disponibilidade e aproveitamento eficiente da infraestrutura existente.

3.8. Nos ambientes públicos, a adoção do **Red Hat OpenShift** contribui diretamente para a modernização de sistemas e para a implementação efetiva de políticas de transformação digital previstas na Lei nº 14.129/2021. Órgãos governamentais podem migrar gradualmente sistemas legados para arquiteturas baseadas em contêineres, reduzindo o tempo de entrega de serviços ao cidadão e melhorando

a interoperabilidade entre diferentes plataformas. Adicionalmente, o *OpenShift* ajuda a atender requisitos de segurança e conformidade, fornecendo controles robustos e rastreabilidade de operações, essenciais para auditoria e prestação de contas.

3.9. Para fins de contratação, a plataforma se destaca pelo suporte especializado 24/7 e pelo modelo de licenciamento que considera o dimensionamento de uso, permitindo planejar investimentos conforme a demanda real. Ao optar pelo *Red Hat OpenShift*, a Administração Pública investe em uma solução consolidada, que reduz riscos operacionais, otimiza recursos e acelera a entrega de novas funcionalidades aos cidadãos, alinhando tecnologia e cumprimento das políticas de governo digital.

JUSTIFICATIVA

3.10. A contratação da versão *Red Hat OpenShift Container Platform Plus Premium* se justifica pela necessidade de assegurar a continuidade da estratégia de modernização tecnológica desta Corte, garantindo que as aplicações críticas e de interesse público estejam suportadas por uma plataforma robusta, segura e escalável.

3.11. Em 2024, com a implantação da versão Premium, foi possível migrar e aprimorar a disponibilidade, desempenho e segurança de aplicações estratégicas como: **Radar Controle, Novo PCe, Portal Cidadão, Ordem Cronológica, Agenda de Contas, PAIC (Programa de Aprimoramento da Política de Alfabetização na Idade Certa) e Radar Cidadão**. O ambiente consolidado já demonstrou ganhos concretos em resiliência operacional, redução de falhas e maior agilidade no provisionamento de serviços digitais.

3.12. Entretanto, ainda permanecem aplicações relevantes em infraestrutura problemática, cuja migração depende de recursos avançados presentes apenas na versão *Plus Premium*, como o *Red Hat Quay* (repositório corporativo de imagens) e o *OpenShift Data Foundation (ODF – armazenamento persistente e distribuído)*. Um exemplo notório é o *ContAi*, solução de Inteligência Artificial do TCE-RO, que exige tais recursos para operar em conformidade com os padrões de desempenho, disponibilidade e segurança estabelecidos.

PROBLEMAS DE INDISPONIBILIDADE E DESEMPENHO EM APLICAÇÕES NÃO MIGRADAS

3.13. As aplicações que ainda se encontram no ambiente *Docker Swarm* (solução *open source* de orquestração de containers adotada pela SETIC, que se encontra desatualizada e limitada, a qual já foi superada quando se trata de gerenciamento e provisionamento de microsserviços para ambiente de Produção) enfrentam dificuldades recorrentes de indisponibilidade devido à ausência de mecanismos nativos de alta disponibilidade e orquestração resiliente. Muitas vezes, falhas em containers não são automaticamente recuperadas, ocasionando paradas prolongadas até a intervenção manual da equipe técnica. Além disso, a ausência de recursos avançados de balanceamento de carga, gerenciamento de tráfego e escalabilidade automática resulta em degradação perceptível de desempenho em momentos de maior demanda, comprometendo a experiência do usuário e a eficiência dos serviços prestados.

3.14. Um caso crítico é o **Processo de Contas Eletrônico (PCe)**, sistema essencial para o acompanhamento e julgamento de contas públicas. Atualmente, em determinados períodos de pico de acesso, o ambiente apresenta lentidão significativa e quedas ocasionais, atrasando atividades de instrução processual e aumentando o tempo de tramitação de processos. Essa situação impacta diretamente o trabalho diário dos servidores do Tribunal, que ficam impedidos de dar andamento tempestivo às análises, e também prejudica os jurisdicionados e a sociedade, que deixam de ter acesso ágil às informações sobre a execução dos recursos públicos.

3.15. Outro exemplo é o **EGESP**, sistema de gestão de pessoas utilizado para administração da folha de pagamento, benefícios e registros funcionais de servidores. A falta de um ambiente altamente disponível já resultou em interrupções que atrasaram consultas e atualizações funcionais, afetando rotinas administrativas sensíveis e gerando insatisfação entre servidores ativos e inativos. A inexistência de armazenamento distribuído e resiliente aumenta o risco de indisponibilidade em períodos críticos, como fechamento de folha de pagamento, com impacto direto na confiabilidade e eficiência da gestão de pessoas.

3.16. Também merece destaque o sistema **ContAi**, solução de inteligência artificial do TCE-RO. Por se tratar de uma aplicação que processa grandes volumes de dados em tempo real para auxiliar no controle e auditoria de informações públicas, o sistema exige armazenamento persistente e mecanismos avançados de orquestração para manter alto desempenho. No ambiente atual, ocorrem quedas intermitentes e degradação de performance em tarefas mais complexas, prejudicando análises automatizadas e atrasando a disponibilização de informações estratégicas para a tomada de decisão. Essa limitação não apenas compromete a eficiência interna, mas também reduz a capacidade da Corte em oferecer serviços inovadores baseados em inteligência de dados para a sociedade.

3.17. Além disso, a limitação do *Swarm* em termos de persistência de dados e monitoramento integrado acentua os riscos nessas aplicações de missão crítica. O **PCe**, o **EGESP** e o **ContAi**, por lidarem com dados sensíveis e de alto volume, necessitam de garantias de consistência, replicação e monitoramento em tempo real, **características nativas do OpenShift Plus Premium**.

JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE SOLICITADA

3.18. A estimativa da quantidade baseou-se no atual cenário de aplicações e microsserviços que constituem a infraestrutura de TIC do TCE-RO, conforme contextualização a seguir.

3.19. O quantitativo de **19 (dezenove) licenças** foi definido com base na quantidade de vCPU utilizadas pelas aplicações que estavam no ambiente *swarm* e com migração planejada para a infraestrutura hiperconvergente (HCI) que fora instalada no ambiente de produção, ou seja, as licenças foram dimensionadas de acordo com a quantidade de CPUs e Cores necessários para receber as aplicações e serviços para os quais busca-se a estabilidade e escalabilidade almejada com a continuidade do uso da plataforma *OpenShift* em conjunto com os equipamentos hiperconvergentes de última geração adquiridos pelo TCERO, conforme modelo de negócio definido para a comercialização da ferramenta. Esse dimensionamento técnico foi originalmente calculado a partir da necessidade total de processamento em cores/vCPUs do cluster e continua adequado às demandas operacionais atuais e projetadas, garantindo assim a continuidade da cobertura de suporte, atualização e expansão do ambiente. A manutenção da mesma quantidade de licenças evita desbalanceamento entre o número de nós gerenciados e os recursos licenciados, assegurando conformidade técnica e operacional com o modelo de licenciamento Red Hat.

3.20. O acréscimo de **300 (trezentos) horas de serviços técnicos especializados em plataforma Red Hat (GPS-C)** visa sustentar e expandir a adoção da versão Premium do *OpenShift*, permitindo a implantação de novos recursos e funcionalidades avançadas, bem como o repasse técnico à equipe da SETIC e suporte direto do parceiro certificado. Essas horas serão utilizadas para atividades de migração, configuração, otimização de desempenho, integração de serviços, automação de pipelines CI/CD e acompanhamento técnico de operações críticas. Trata-se de uma medida que assegura transição suave entre versões, mitigando riscos de indisponibilidade ou incompatibilidade entre componentes do ambiente.

3.21. A inclusão de **01 unidade de Technical Account Manager (TAM)** especializado em Red Hat é outro elemento fundamental da contratação. O TAM atuará como elo técnico permanente entre o TCE-RO e a Red Hat, oferecendo suporte proativo, análise de performance, acompanhamento de boas práticas e planejamento estratégico de uso da plataforma. Esse profissional apoiará a continuidade dos trabalhos de migração e construção de novas soluções em contêineres, além de orientar a equipe interna quanto às evoluções da plataforma e à adoção de novos recursos. O TAM também contribuirá diretamente na redução de tempo de resposta a incidentes críticos, atuando preventivamente na mitigação de riscos técnicos e de segurança. As sessões remotas quinzenais durante 12 meses representam uma ação complementar ao suporte técnico e à atuação do TAM. Essas sessões têm por objetivo avaliar continuamente o ambiente, revisar configurações, validar atualizações e apoiar a otimização de recursos, garantindo a operação estável e segura da solução. O acompanhamento periódico permite a adoção de práticas de melhoria contínua e assegura que o ambiente mantenha-se alinhado às melhores práticas recomendadas pela Red Hat e à estratégia tecnológica do Tribunal.

3.22. Dessa forma, **o quantitativo de licenças e serviços ora proposto não apenas assegura a manutenção da estrutura atual do Red Hat OpenShift no TCE-RO, mas também fortalece a capacidade técnica e operacional** da instituição, para sustentar o crescimento contínuo de suas soluções digitais, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.

CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

3.23. A presente contratação está devidamente contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia formulado para o exercício de 2026, conforme disposto no **item n. 010.142.PAC.2026** "Aquisição de licenças de solução de gerenciamento de micros serviços", o qual prevê os recursos necessários para a execução.

3.24. A crescente automação dos processos operacionais e administrativos exige das organizações públicas um nível elevado de confiabilidade e robustez em suas infraestruturas tecnológicas. Nesse contexto, a presente contratação visa proporcionar a continuidade, disponibilidade e escalabilidade dos serviços essenciais da Corte de Contas, permitindo a implementação de soluções inovadoras e a sustentação de aplicações de missão crítica.

3.25. Ademais, a presente iniciativa reforça o compromisso da alta administração do TCERO em assegurar a qualidade, confiabilidade, flexibilidade e eficiência dos serviços prestados, otimizando os fluxos de trabalho e promovendo a racionalização dos recursos.

3.26. Nesta perspectiva, o objeto da presente contratação busca servir ao Planejamento Estratégico 2021-2028, adotado por esta Corte de Contas, onde podemos destacar o alinhamento com os Objetivos de Área: "Manter o parque computacional modernizado" e "Garantir a confidencialidade das informações e dos serviços mantidos pela SETIC".

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO / QUADRO RESUMO / REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
DETALHAMENTO DO OBJETO E QUADRO RESUMO

4.1. A solução, objeto deste Termo de Referência, deve atender às especificações técnicas e os quantitativos constantes deste documento e em seus respectivos anexos.

| SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE MICROSERVIÇOS | | | |
|---|---|-----------------|------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE/SERVIÇO | QUANTIDADE |
| 1 | Red Hat OpenShift Platform Plus, Premium (2 Cores or 4 vCPU) - MW01621 – suporte e atualização por 12 meses | Unidade | 19 |
| 2 | Serviços técnicos especializados em plataforma Red Hat - GPS-C, por hora da fabricante OU contratada | Horas | 300 |
| 3 | Technical Account Manager especializado em Red Hat da contratada, Sessões Remotas Quinzenais pelo período de 12 meses | TAM | 01 |

Quadro 1: Descrição geral dos itens.

REQUISITO TÉCNICO ESSENCIAL

4.2. A empresa vencedora deverá apresentar, junto com a proposta, comprovação de vínculo de parceria oficial com o fabricante da solução ofertada, conforme os níveis de parceria reconhecidos e formalmente estabelecidos por esse fabricante. Esse vínculo deverá garantir a procedência legítima dos equipamentos, além do acesso direto ao suporte técnico especializado, ao escalonamento de chamados, ao recebimento de atualizações e a demais benefícios técnicos essenciais à adequada execução do contrato.

GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO

4.3. As licenças deverão contar com assistência técnica e garantia de 12 (doze) meses. Durante o período de 12 (doze) meses mencionado no subitem anterior, a contratada será responsável por fornecer suporte técnico contínuo, bem como realizar todas as atividades necessárias para assegurar a **manutenção, atualização e funcionamento adequado** da solução, conforme os requisitos estabelecidos no Edital e seus anexos.

CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS/VISITA TÉCNICA

4.4. Recomenda-se ao Licitante interessado no certame a realização de visita técnica à sede do TCERO ou, alternativamente, de forma remota, por meio de reunião virtual previamente agendada. Essa visita tem como objetivo garantir que o Licitante tenha pleno conhecimento dos serviços especificados, do ambiente operacional e de todas as condições previstas para a elaboração da proposta e para a prestação dos serviços. Durante a visita técnica, as licitantes poderão levantar dúvidas e requisitos específicos por meio de perguntas, assegurando clareza e entendimento necessários para a participação no certame.

4.5. Além disso, será exigido que o Licitante assine a declaração de vistoria técnica que comprovará que tomou ciência dos serviços, das características, das condições especiais e das eventuais dificuldades que possam surgir durante a execução dos trabalhos. Ao assinar este documento, o Licitante admitirá, como certo, o prévio e total conhecimento de todos os aspectos relacionados à execução dos serviços, não sendo aceitas alegações de desconhecimento posteriormente.

4.6. Caso o licitante opte por não realizar a visita técnica, deverá apresentar declaração acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir o ônus dos serviços decorrentes.

4.7. As visitas devem ser agendadas pelo e-mail diarc@tce.ro.gov.br.

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.9. Devem ser respeitadas, quando do deslocamento às instalações do TCERO e da consulta ao processo administrativo, as regras de conduta prescritas pela Resolução nº 90/2012 – Plano de Segurança Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e pela Resolução nº 93/2012 – Regulamenta o acesso a informações e a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.10. O presente objeto se enquadra no critério de sustentabilidade econômica, pois volta-se para gestão eficiente de recursos econômicos do estado de Rondônia através do desenvolvimento de ferramentas que visam contribuir para gestão e fiscalização eficiente de recursos públicos.

ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO COMUM

4.11. Os bens/serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de bens/serviços comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando que as características físicas, de desempenho e qualidade podem ser objetivamente especificadas, conforme dispõe o segmento de mercado detentor dos itens contemplados neste Termo de Referência. Desta forma, a estrutura procedimental da modalidade pregão, menos formalista e mais célere, não afeta a análise da qualidade do objeto licitado ou importa em prejuízos ao interesse público.

4.12. Em atenção ao art. 20 da NLLC, os elementos do planejamento da contratação reafirmam que os bens/serviços descritos neste termo **não possuem características de bem de luxo**, quais sejam: de caráter puramente estético que extrapola os limites do necessário, identificável pela ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte. Destaca-se que diversas disposições da Resolução n. 380/2023/TCERO, que regulamenta o referido dispositivo legal no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, são impossíveis de serem verificadas antecipadamente, demandando que as unidades integrantes da segunda e terceira linha de defesa do controle das contratações (nos termos do art. 169, II e III) aguardem o transcurso natural da instrução processual a fim de certificar a inexistência de controvérsias que exsurjam diante da interação com o mercado, mormente nas pesquisas de preços e impugnações do instrumento convocatório.

INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

4.13. Na presente contratação será admitida a indicação da marca **Red Hat OpenShift**, conforme as justificativas apresentadas a seguir, fundamentadas nos Estudos Técnicos Preliminares (Processo nº 005104/2025), item 4 (Levantamento de Mercado), em conformidade com o art. 41, inciso I, alínea “c” da Lei nº 14.133/2021.

4.14. A escolha da solução Red Hat OpenShift Platform Plus Premium decorre de análise técnica aprofundada, conduzida pela SETIC/COINFRA/DIARC, que avaliou as principais alternativas de mercado para o gerenciamento de microsserviços e orquestração de contêineres. Foram consideradas opções como Google Kubernetes Engine (GKE), Amazon EKS, Azure AKS, VMware Tanzu e Kubernetes Vanilla/Rancher. Nenhuma delas atendeu de forma tão completa aos requisitos de segurança, suporte corporativo, governança, escalabilidade e compatibilidade com ambientes híbridos quanto o OpenShift.

4.15. Em 2024, o TCE-RO implantou a versão Premium do Red Hat OpenShift, o que possibilitou avanços significativos na modernização da infraestrutura de microsserviços. A plataforma garantiu alta disponibilidade, resiliência operacional e redução de falhas em sistemas estratégicos como Radar Controle, Novo PCE, Portal Cidadão, PAIC e Agenda de Contas.

4.16. A experiência consolidou o OpenShift como base confiável para aplicações críticas, proporcionando integração nativa com mecanismos de observabilidade, automação de pipelines CI/CD e gestão segura de contêineres, alinhando-se às diretrizes da Lei nº 14.129/2021 (Governo Digital) e à LGPD (Lei nº 13.709/2018).

4.17. Em 2025, a manutenção e evolução para a versão Plus Premium da mesma solução permanecem como a alternativa mais segura e eficiente, por assegurar:

- a) **Compatibilidade total com o ambiente consolidado**, evitando retrabalho e interrupções em aplicações já em produção;
- b) **Suporte oficial 24x7 da Red Hat**, garantindo atualizações de segurança, patches certificados e correções de vulnerabilidades;
- c) **Recursos avançados de armazenamento persistente (ODF) e repositório corporativo de imagens (Quay)**, essenciais para aplicações como o ContAi, solução de inteligência artificial do Tribunal, que exige alta disponibilidade e desempenho;
- d) **Preservação dos investimentos anteriores**, tanto em infraestrutura quanto em capacitação da equipe técnica, evitando gastos duplicados com migrações ou requalificação;

e) **Alinhamento com o Planejamento Estratégico 2021-2028**, em especial os eixos de modernização, eficiência, transparência e segurança.

4.18. A substituição por qualquer outra plataforma implicaria **alto custo de migração, curva de aprendizado acentuada e riscos operacionais** que poderiam comprometer sistemas sensíveis como o PCE, eGes e ContAi. Esses fatores contrariam o princípio da economicidade previsto na Lei nº 14.133/2021 e afetariam a continuidade dos serviços digitais essenciais ao controle externo.

4.19. Dessa forma, a indicação da marca Red Hat OpenShift está tecnicamente justificada e legalmente amparada. A solução permanece líder de mercado segundo o Gartner Magic Quadrant 2025, oferecendo a melhor combinação de desempenho, segurança, suporte e escalabilidade. A continuidade do uso da plataforma garante ao TCE-RO sustentabilidade tecnológica, economicidade e conformidade legal, atendendo às exigências do art. 41, inciso I, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021.

DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.20. Não se aplica.

DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

4.21. Não haverá exigência de amostra para a presente contratação.

DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

4.22. Não haverá exigência de carta de solidariedade para a presente contratação, todavia, deverá ser observado o documento de comprovação de vínculo de parceria oficial com o fabricante descrito no item 4.2 e seguintes deste Termo de Referência - se enquadrando na previsão do art. 41, inciso IV da Lei 14.133/2021.

Justificativa Técnica para Exigência de Comprovação de Parceria Oficial com o Fabricante

4.23. A exigência de apresentação, pelo licitante, de certificado ou declaração de vínculo de parceria oficial emitido pelo fabricante da solução ofertada, nos níveis de credenciamento oficialmente reconhecidos e publicados pelo próprio fabricante, está diretamente relacionada à necessidade de proteger a Administração de riscos operacionais, de segurança e de garantia que possam comprometer a execução contratual.

4.24. O atendimento a este requisito assegura que:

- a) As licenças sejam de procedência legítima, protegendo o Tribunal contra a aquisição de produtos paralelos, de mercado cinza, falsificados ou sem registro oficial junto ao fabricante;
- b) Haja acesso direto ao suporte técnico especializado de segundo e terceiro níveis do fabricante, inclusive para escalonamento de chamados críticos e atualização de software;
- c) As garantias contratuais ofertadas sejam efetivamente reconhecidas e registradas pelo fabricante, evitando negativas de atendimento ou recusas de cobertura;
- d) Haja conformidade com manuais, normas e políticas de segurança da informação do fabricante, especialmente imprescindíveis para licenças que integram a infraestrutura crítica de TI da instituição;
- e) Seja mitigado o risco de fornecimento por empresas não autorizadas ou não reconhecidas pelo fabricante, fato que já gerou, em contratações anteriores, dificuldades para ativação de garantia e suporte, com impacto na continuidade dos serviços e prejuízos materiais e operacionais.

SUBCONTRATAÇÃO

4.25. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. METODOLOGIA DE ENTREGA/EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

5.1. A entrega das **licenças de software e subscrições Red Hat OpenShift Plus Premium**, bem como a disponibilização dos respectivos serviços de suporte e implantação, deverá ocorrer conforme os prazos estabelecidos no Cronograma Anexo E deste Termo de Referência, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (ou documento equivalente), mediante comunicação oficial do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO).

5.2. A contratada deverá encaminhar comunicado oficial ao TCE-RO informando a efetiva ativação das licenças e a disponibilização dos acessos ao portal da **Red Hat**, bem como o início da vigência da cobertura de suporte e atualizações.

5.3. O **agendamento das atividades de configuração e transferência de conhecimento** deverá ser realizado com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas**, por meio do e-mail institucional **diarc@tce.ro.gov.br**, para viabilizar o acompanhamento técnico e o controle de execução pelos setores responsáveis.

5.4. Todos os serviços correlatos deverão observar as normas internas de segurança da informação e o cronograma acordado com a equipe técnica do TCE-RO, priorizando execuções fora do horário comercial (**18h às 6h**) ou em **finais de semana e feriados**, sempre que houver risco de indisponibilidade dos sistemas corporativos.

5.5. Como parte das condições de entrega e aceite, a contratada deverá realizar a implantação prática de uma aplicação real do TCE-RO em ambiente de produção, utilizando obrigatoriamente os recursos de armazenamento persistente do **OpenShift Data Foundation (ODF)** e o repositório corporativo **Red Hat Quay** para gestão de imagens.

5.6. Essa entrega tem por objetivo validar a funcionalidade completa da plataforma, a integração dos componentes, e a estabilidade operacional em condições reais de uso, servindo como critério técnico essencial para o aceite definitivo da solução.

CONDIÇÕES DAS LICENÇAS E SUBSCRIÇÕES

- 5.7. Todas as licenças e subscrições fornecidas deverão ser originais, novas e emitidas diretamente pelo fabricante *Red Hat*, em nome do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
- 5.8. As licenças deverão contemplar o pacote ***Red Hat OpenShift Container Platform Plus Premium***, incluindo todos os componentes associados (como *Red Hat Quay*, *OpenShift Data Foundation*, *Advanced Cluster Management*, *Advanced Cluster Security*, e demais itens previstos em contrato).
- 5.9. As licenças deverão possuir **vigência mínima de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de ativação informada oficialmente pela *Red Hat*.
- 5.10. No caso de atualização ou substituição de modelos de licenciamento por parte do fabricante durante a vigência contratual, a contratada deverá fornecer **versões tecnologicamente equivalentes ou superiores**, com **manutenção integral das funcionalidades, cobertura e suporte**, sem qualquer custo adicional ao TCE-RO.
- 5.11. Não serão aceitas, em hipótese alguma, **licenças expiradas, parciais, trial, NFR (Not for Resale)** ou **provenientes de revendas não autorizadas**. A origem e validade das subscrições deverão ser comprovadas junto ao fabricante, mediante acesso ao **portal oficial da Red Hat**.

VERIFICAÇÃO E ACEITE DAS LICENÇAS E SERVIÇOS

- 5.12. O aceite definitivo das licenças ocorrerá somente após a comprovação formal de ativação das licenças *Red Hat* em nome do TCE-RO no portal do fabricante;
- 5.13. O aceite definitivo das horas serviços fornecidos ocorrerá somente após:
- a) A validação técnica da implantação e do correto funcionamento da solução no ambiente do Tribunal;
 - b) A entrega completa da documentação técnica, incluindo certificados de subscrição, relatórios de ativação, documentação de configuração e registro de suporte ativo.
- 5.14. Como parte integrante do processo de verificação e aceite, a contratada deverá realizar a implantação prática de uma aplicação real do TCE-RO em ambiente de produção, utilizando obrigatoriamente os recursos de armazenamento persistente do *OpenShift Data Foundation* (ODF) e o repositório corporativo *Red Hat Quay* para gestão de imagens.
- 5.15. Essa entrega prática tem por finalidade validar a funcionalidade completa da plataforma, demonstrando, sob acompanhamento técnico do TCE-RO:
- a) A persistência e integridade dos dados armazenados via ODF;
 - b) O *deploy* e atualização de imagem proveniente do repositório *Quay*;
 - c) A disponibilidade e resiliência dos *pods* e serviços implantados.
- 5.16. Somente após a verificação bem-sucedida desses critérios será emitido o aceite técnico e operacional da solução, confirmando sua conformidade integral com os requisitos deste Termo de Referência.
- 5.17. O TCE-RO reserva-se o direito de realizar consultas diretas junto à *Red Hat* para confirmar a autenticidade, o status de ativação e o período de validade das licenças adquiridas.
- 5.18. A contratada deverá entregar relatórios técnicos e administrativos que comprovem a integração bem-sucedida da solução com o ambiente do Tribunal, em conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência.

EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS PARA O ITEM 1 – LICENÇAS RED HAT OPENSIFT PLUS PREMIUM

- 5.19. **Qualificação da Empresa Licitante**
- 5.19.1. Considerando a natureza do objeto e as diretrizes das políticas de revenda corporativa, **é imprescindível que a empresa licitante seja revendedora ou parceira autorizada da Red Hat**, com comprovação formal de credenciamento ativo no programa de parceiros da fabricante.
- 5.19.2. A comprovação deverá ser feita por meio de **declaração oficial emitida pela Red Hat** ou consulta pública no portal de parceiros, demonstrando, no mínimo, o nível de credenciamento **“Advanced Business Partner”** (ou superior).
- 5.20. **Comprovação de Garantia e Suporte**
- 5.20.1. No momento da entrega e ativação das licenças, a contratada deverá apresentar comprovação oficial de cobertura de suporte e manutenção emitida pela Red Hat, contendo:
- a) Código de subscrição (*Subscription Number*);
 - b) Período de vigência (início e término);
 - c) Benefícios de suporte contratados (nível Premium, 24x7);
 - d) Escopo de componentes incluídos (*OpenShift*, *Quay*, *ODF*, *ACS*, *ACM*, etc.).
- 5.20.2. A verificação do suporte poderá ser feita pelo TCE-RO mediante consulta direta ao portal *Red Hat Customer Portal*, validando o vínculo da subscrição à instituição.
- 5.21. **Entrega e Prestação dos Serviços**
- 5.21.1. O prazo para o início dos serviços de implantação, configuração, migração e repasse de conhecimento será definido conforme o cronograma geral (Artefato E) deste Termo de Referência.
- 5.21.2. Todos os serviços deverão ser executados por profissionais certificados pela *Red Hat*, observando os padrões técnicos, metodológicos e de segurança estabelecidos pelo fabricante e pelo TCE-RO, conforme disposto no Edital, na Proposta da contratada e na Nota de Empenho (ou documento equivalente).
- 5.21.3. A contratada deverá assegurar interoperabilidade completa entre a nova subscrição e os *clusters OpenShift* já existentes, sem interrupção de serviços e com migração assistida supervisionada pela equipe técnica do TCE-RO.

5.21.4. A contratada deverá garantir que a implantação inclua a configuração integral e demonstração funcional do ODF e Quay em ambiente produtivo, validando sua utilização em uma aplicação real do Tribunal, sob acompanhamento da equipe técnica do TCE-RO.

CONVOCAÇÃO DO FORNECEDOR

5.22. A comunicação será realizada preferencialmente via e-mail (informado pela empresa em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo da Ordem de Serviços, se for o caso, para assinatura via sistema SEI!. Através do mesmo endereço eletrônico, o TCE-RO enviará as comunicações necessárias durante a execução do objeto.

5.23. A devolução da Ordem de Serviços devidamente assinada será no prazo de até 3 (três) dias, a contar da data de confirmação do recebimento do comunicado e-mail.

5.24. A recusa da empresa em formalizar a contratação no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracterizar-se-á como inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-a aplicação de penalidades na forma prevista neste documento.

RECEBIMENTO DO OBJETO

5.24.1. Em conformidade com a Lei Geral de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e os Regulamentos internos deste TCE-RO, o objeto será recebido provisória e definitivamente mediante a emissão de Termos de Recebimento eletrônicos (via SEI), após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo servidor designado como fiscal.

5.24.2. O objeto contratado, observadas as condições estabelecidas no Edital, será recebido da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato da entrega dos bens;

b) definitivamente, por servidor ou comissão composta de três membros formalmente constituída, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a comprovação da adequação do objeto às especificações do Edital.

5.24.3. Os produtos deverão estar acompanhados de catálogos e manuais técnicos podendo ser em formato digital. Este material deverá conter informações técnicas completas, com exigências e orientações de funcionamento, instalação e manutenção e pleito de garantia - quando for o caso.

5.24.4. Constatada qualquer irregularidade, a vencedora da licitação, devidamente comunicada, por escrito, terá o prazo de 5 dias, a partir da notificação, para fazer a substituição/regularização necessária, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato.

5.24.5. O período compreendido entre a entrega do objeto desta licitação e a notificação para a troca não será contabilizado para efeito de contagem dos prazos para substituição/regularização do mesmo.

5.24.6. Caso seja constatado que o produto substituído/regularizado permanece em desacordo com as especificações do Edital, a contagem do prazo para fazer a substituição/regularização não será interrompida.

5.24.7. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral, bem como a aplicação de penalidades, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia realizará o pagamento, mediante a apresentação da nota fiscal, com aceite do servidor/comissão designado como fiscal da contratação, da importância correspondente ao fornecimento efetuado, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade, conforme dispõe a Resolução n. 383/2023/TCE-RO.

6.2. O prazo para a realização do pagamento poderá ser de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.

6.3. Todas as notas fiscais emitidas deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da Nota de Empenho correspondente.

6.4. A nota fiscal que não estiver de acordo com o estabelecido no edital não será aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e será devolvida para as necessárias correções, oportunidade em que será sobrestado o processo de pagamento até que sejam corrigidos os problemas apontados.

6.5. A devolução da nota fiscal não aprovada por este Tribunal de Contas do Estado de Rondônia em hipótese alguma servirá de pretexto para suspensão de quaisquer fornecimentos.

6.6. As propostas apresentadas devem observar o princípio da anualidade.

ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

6.7. A presente contratação permite a antecipação de pagamento total, conforme as regras previstas no presente tópico.

6.8. O pagamento antecipado deverá ser executado mediante a comprovação formal de ativação das licenças Red Hat em nome do TCE-RO no portal da fabricante.

6.9. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura correspondente ao valor total do objeto, tão logo seja assinado o termo de contrato, sendo esta encaminhada para pagamento após o recebimento definitivo do objeto.

6.10. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

6.11. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.

6.12. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTI, ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

6.13. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

6.14. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota fiscal.

- 6.15. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.
- 6.16. O pagamento de que trata este item está condicionado ao evento de homologação, que trata da verificação se a solução está funcionando conforme planejado e se todos os requisitos foram atendidos.
- 6.17. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

JUSTIFICATIVA PARA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

- 6.18. A previsão de pagamento antecipado, nos termos do §1º do art. 145 da Lei nº 14.133/2021, mostra-se devidamente justificada diante das características específicas do objeto contratado, consistente no fornecimento de licenças de software com subscrição anual e ativação junto ao fabricante.
- 6.19. No presente caso, a disponibilização das licenças ocorre de forma imediata após sua ativação no portal do fabricante, sendo tal ativação o elemento que materializa a efetiva entrega do objeto contratual. Assim, embora a vigência da contratação seja de 12 (doze) meses, o fornecimento se consuma no momento em que as licenças são devidamente registradas e vinculadas ao ambiente do TCE-RO, garantindo o direito de uso, suporte técnico e atualizações durante todo o período contratado.
- 6.20. Ademais, trata-se de prática consolidada no mercado de tecnologia da informação, especialmente para soluções baseadas em subscrição, em que os fabricantes e seus parceiros comerciais exigem o pagamento integral para a ativação e liberação das licenças. Dessa forma, a antecipação do pagamento constitui condição necessária para viabilizar a execução do objeto, não representando liberalidade da Administração, mas requisito operacional do modelo de fornecimento adotado pelo setor.
- 6.21. Importa destacar que a Administração adotou mecanismos de mitigação de riscos, tais como a exigência de comprovação formal da ativação das licenças em nome do TCE-RO, a vinculação do pagamento ao evento de homologação da solução, bem como a previsão de devolução integral ou proporcional dos valores pagos em caso de inexecução total ou parcial, devidamente atualizados monetariamente.
- 6.22. Ressalta-se, ainda, que o pagamento somente será realizado após o recebimento definitivo do objeto, caracterizado pela verificação do pleno funcionamento da solução e atendimento integral dos requisitos estabelecidos, o que reforça a segurança da contratação e a observância dos princípios da legalidade, eficiência e proteção ao erário.
- 6.23. Dessa forma, resta demonstrado que a antecipação do pagamento atende ao interesse público, encontra respaldo legal e está devidamente acompanhada de salvaguardas contratuais suficientes para resguardar a Administração Pública de eventuais riscos.

7. REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.2.1. O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído com planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e
- 7.2.2. Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.6. O reajuste será realizado por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.
- 7.7. Os reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão temporal com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado.

8. PENALIDADES

- 8.1. À contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas na [Lei n. 14.133/2021](#) e nos termos da [Resolução n. 382/2023/TCE-RO](#) e demais normas cogentes, sem prejuízo das multas e demais ocorrências previstas no termo de referência, termo de contrato e/ou ordem de fornecimento/serviço. Dentre as penalidades, tem-se:
- I - Advertência;
 - II - Multa moratória;
 - III - Multa contratual;
 - IV - Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 3 (três) anos; e
 - V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade
- 8.2. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:
- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

8.4. O percentual da multa moratória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem excederá 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato. O seu valor será calculado em percentual sobre o valor da parcela em mora, e incidirá por dia de atraso, sob limites proporcionais ao prazo fixado para cumprimento da obrigação no instrumento convocatório ou contratual, de acordo com as gradações descritas na tabela a seguir:

| Prazo de cumprimento da obrigação | Percentual máximo de multa diária | Valor máximo de multa diária |
|-----------------------------------|-----------------------------------|------------------------------|
| Até 10 dias | 1% | R\$ 1.000,00 |
| entre 11 e 30 dias | 0,82% | |
| entre 31 e 45 dias | 0,71% | |
| entre 46 e 60 dias | 0,65% | |
| a partir de 61 dias | 0,50% | |

Quadro 2: Limites para aplicação de multa moratória.

8.5. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.

9. HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

9.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

9.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.

9.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.6. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.7. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.8. Regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social – INSS), dentro da validade;

9.9. Regularidade perante a Fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.11. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizada;

QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

Justificativa para a exigência de qualificação econômico-financeira

9.12. A exigência de qualificação econômico-financeira para o **fornecimento de licenças da "solução profissional de gerenciamento de microsserviços - Red Hat OpenShift"**, incluindo instalação, configuração, conforme permitido pelo art. 69 da Lei nº 14.133/2021, é medida necessária, proporcional e justificada, de modo a resguardar o interesse público, assegurar a adequada execução do contrato e prevenir riscos à continuidade dos serviços essenciais prestados pela Corte de Contas.

9.13. Essa contratação envolve a implementação de soluções tecnológicas de alto valor agregado e impacto crítico na infraestrutura de rede do TCERO, com potencial reflexo direto na continuidade dos serviços institucionais. Diante disso, é fundamental garantir que a empresa contratada possua capacidade financeira compatível com as obrigações assumidas, de modo a mitigar riscos de inadimplemento contratual, interrupção na execução ou comprometimento da qualidade dos serviços prestados.

9.14. A exigência de demonstração de solvência econômico-financeira visa assegurar que a contratada tenha estrutura suficiente para adquirir, instalar e manter a solução conforme especificações técnicas detalhadas, arcando com os custos envolvidos e cumprindo integralmente o contrato, inclusive durante o período de garantia e suporte.

9.15. Além disso, considerando que envolve instalação e configuração da solução no ambiente do TCERO, o não cumprimento de prazos, falhas operacionais ou descontinuidade dos serviços por incapacidade financeira da empresa contratada poderia comprometer seriamente a segurança, a disponibilidade e o desempenho da infraestrutura tecnológica do TCERO.

Da documentação a ser apresentada para fins de qualificação econômico-financeira

9.16. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial - [Lei n. 11.101/05](#), expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste prazo de validade;

9.16.1. Será admitida a participação de empresa em recuperação judicial já deferida, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

9.17. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais, comprovando:

9.17.1. Apresentação de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do item para o qual a licitante apresentar proposta.

I - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

II - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

III - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED;

IV - As fórmulas supramencionadas deverão estar aplicadas em memorial de cálculo, juntado ao balanço patrimonial, devidamente assinado por contador habilitado.

Justificativa para a exigência de documentação para fins de qualificação econômico-financeira

9.18. A exigência de documentação para fins de qualificação econômico-financeira fundamenta-se no art. 69 da Lei n.º 14.133/2021, que confere à Administração a prerrogativa de solicitar comprovações que assegurem a viabilidade e a capacidade financeira das licitantes em arcar com as obrigações contratuais. Essa exigência visa mitigar riscos de inexecução, inadimplemento ou interrupção da prestação dos serviços, especialmente em contratações de natureza tecnológica e de alto impacto institucional, como é o caso do fornecimento de licenças da solução Red Hat OpenShift Platform Plus Premium.

9.19. A contratação envolve produtos e serviços estratégicos, com reflexos diretos na **continuidade operacional dos sistemas críticos** do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), motivo pelo qual torna-se imprescindível garantir que a empresa contratada disponha de **solidez financeira**, estrutura patrimonial adequada e capacidade de cumprimento das obrigações assumidas durante todo o período de vigência contratual.

9.20. Conforme o Despacho n.º 0926653/2025/DLC (0926653) e o Parecer n.º 108/2025/PGETC (0914440), a exigência de documentação econômico-financeira está em conformidade com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), em especial o Acórdão n.º 1.201/2020 – Plenário, que admite a participação de empresas em recuperação judicial desde que apresentem certidão judicial que comprove aptidão econômico-financeira. Essa medida equilibra a segurança contratual com a manutenção da ampla competitividade, conforme o disposto no §1º do art. 69 da Lei n.º 14.133/2021.

9.21. Nesse sentido, a documentação exigida tem caráter proporcional e preventivo, sendo limitada ao estritamente necessário para comprovar a viabilidade econômico-financeira da licitante. Os documentos solicitados são aqueles tradicionalmente reconhecidos como meios idôneos de avaliação.

9.22. Tais critérios encontram respaldo também nas minutas-padrão aprovadas pela PGETC e seguem o entendimento jurídico vigente de que a comprovação da ausência de falência, a regularidade com a seguridade social e a aptidão econômico-financeira da contratada são requisitos essenciais para resguardar o interesse público e a continuidade dos serviços.

9.23. Dada a relevância e o impacto estratégico do objeto — que envolve licenciamento, suporte e serviços especializados da plataforma Red Hat OpenShift —, a inadimplência contratual ou a incapacidade financeira da contratada poderia resultar em **indisponibilidade de aplicações críticas**, como o **Processo de Contas Eletrônico (PCE)**, o **eGesp** (sistema de gestão de pessoas) e a solução de **Inteligência Artificial ContAi**, afetando o funcionamento interno e a prestação de serviços à sociedade.

9.24. Portanto, a exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira mostra-se **necessária, adequada e proporcional**, não restringindo a competitividade, mas assegurando que apenas empresas com capacidade comprovada participem do certame. Essa medida resguarda o **princípio da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público**, prevenindo riscos contratuais e garantindo a execução integral e satisfatória do objeto licitado.

9.25. Em síntese, a exigência de documentação econômico-financeira constitui instrumento legítimo de proteção da Administração, garantindo a estabilidade da execução contratual e a salvaguarda do interesse público, em estrita observância ao art. 69 da Lei n.º 14.133/2021 e à jurisprudência do TCU e da PGETC.

GARANTIA DA PROPOSTA

Não será exigida a garantia de proposta prevista no caput do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Justificativa para a exigência de qualificação técnica

9.26. Considerando que trata-se de uma contratação que envolve não apenas o fornecimento de solução e valor agregado, mas também a sua correta instalação, integração com a infraestrutura existente, configuração adequada aos padrões técnicos e de segurança do Tribunal a exigência de qualificação técnica se faz necessária. A ausência de comprovação de capacidade técnica poderá comprometer a segurança, a continuidade e a eficiência dos serviços prestados pela instituição, com impactos significativos em sua operação.

9.27. A exigência de qualificação técnica visa, portanto, assegurar que a empresa contratada possua experiência prévia e efetiva competência na execução de serviços similares em escopo e complexidade, garantindo a entrega de soluções plenamente funcionais, seguras e aderentes às necessidades do TCERO. Além disso, tal exigência está em consonância com os princípios da eficiência e do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo uma medida essencial para a mitigação de riscos e para o sucesso da contratação.

Da documentação a ser apresentada para fins de qualificação técnica

Qualificação técnica operacional:

9.28.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de soluções similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, impresso em papel timbrado, com os dados do responsável pela informação atestada, comprovando que a licitante forneceu, instalou, configurou e prestou suporte técnico de características semelhantes aos especificados neste edital.

9.28.2. Não serão aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais ou internet.

9.28.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) fornecimento de licenças da "solução profissional de gerenciamento de microserviços - *Red Hat OpenShift*", correspondente a 50% da quantidade estimada no item 1 do quadro constante no item 4.1 deste Termo de Referência.

9.28.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.28.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.28.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Qualificação técnica profissional:

9.30. Deverá ser apresentado pelas licitantes ao menos 1 (um) profissional com certificação técnica oficial do fabricante, compatível com o(s) objeto(s) deste processo, que acompanhará e se responsabilizará pela instalação dos equipamentos. Esse profissional deverá estar presente durante a fase de instalação, sendo capaz de prestar suporte técnico imediato e, se necessário, escalar chamados ao fabricante, a fim de assegurar a correta implementação e o pleno funcionamento da(s) solução(ões) contratada(s).

9.30.1. A licitante deve comprovar que o profissional indicado irá efetivamente executar o objeto através de algum dos procedimentos abaixo relacionados:

- a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- b) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente;
- c) Diretor: cópia de Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia de ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- d) Contrato em regime de prestação de serviços, vigente na data de licitação;
- e) Declaração através do qual o profissional assumirá a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

Declarações Legais

9.30.2. Declaração de inexistência de impedimento à contratação com o poder público;

9.30.3. Declaração de beneficiário da lei complementar 123/2006 (se for o caso);

9.30.4. Declaração de conhecimento e concordância dos termos do edital (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I);

9.30.5. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º);

9.30.6. Declaração de reserva de cargos (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII);

9.30.7. Declaração de não emprego de trabalho desumano ou degradante (CF 88, art. 1º, III e IV c/c art. 5º, III);

9.30.8. Declaração de inexistência de fato superveniente para contratação.

9.30.9. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização será exercida por:

| Função | Nome do Servidor | Matrícula | Telefone | E-mail institucional |
|----------|--------------------------------|-----------|----------------|----------------------|
| Fiscal | Luiz Henrique de Lima Siqueira | 560001 | (69) 3609-6395 | 560001@tce.ro.gov.br |
| Suplente | Edson Nascimento Cavalcante | 527 | (69) 3609-6395 | 527@tce.ro.gov.br |

10.2. Na fiscalização e acompanhamento da execução contratual, o fiscal atenderá as disposições constantes da Lei Geral de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e Regulamentos internos deste TCE-RO.

10.3. Compete ao Fiscal/Comissão de fiscalização:

- zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
- verificar se a entrega de materiais ou a prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e o instrumento convocatório;
- acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições e a execução dos serviços, de acordo com o objeto contratado; e
- indicar eventuais descumprimentos contratuais para que, mediante processo administrativo, sejam devidamente apurados.

10.4. A fiscalização anotarà em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.

10.5. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução.

11. PRAZOS

11.1. **DE EXECUÇÃO:** O prazo para execução deverá observar o disposto no Anexo E – Cronograma do Termo de Referência, contado a partir do recebimento da Ordem de Serviço (OS) emitida pelo TCERO.

11.2. **DE GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO:** 12 (doze) meses, pelo FABRICANTE, considerando tratar-se de prática de mercado, conforme detalhamento no Anexos C deste termo;

11.3. **DE ATENDIMENTO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA:** conforme detalhamento no Anexo C deste termo; e

11.4. **O PRAZO DE VIGÊNCIA** da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogáveis na forma do art. 114 da Lei 14.133/21.

12. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor orçado para a contratação constará de Quadro Resumo de Preços elaborado pela Divisão de Licitações e Contratações - DLC, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta a contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa decorrente de eventual contratação está prevista no PAC 2026 no item 010.142.PAC.2026 e correrá por conta dos recursos consignados ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia, conforme a seguinte Ação Programática: 1010.2973 - elemento de despesa 3.3.90.40.

13.2. As despesas para o exercício subsequente (ou subseqüentes, havendo a prorrogação do contrato) estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento a presente finalidade, por conta dos recursos consignados ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia.

14. FORMA DE ADJUDICAÇÃO

14.1. O objeto será adjudicado por **menor preço global**.

14.2. A forma de adjudicação leva em consideração que o conjunto do objeto a ser licitado integra solução única e possui sólida inter-relação e interdependência. Anote-se que para garantir o efetivo funcionamento, todos os itens devem ser executados concomitantemente, pois a implantação em momentos distintos, fornecida por empresas distintas não se revela efetiva e eficaz. Complemente-se que tal situação poderia causar intermitência no funcionamento ou mesmo configuração inadequada do serviço. Registre-se que o fornecimento por mais de um fornecedor, em última instância, causaria dificuldades na gestão e fiscalização contratual, além de criar óbices às atividades de suporte técnico que seria realizado por múltiplas empresas.

Da impossibilidade de aplicação de cota reservada

14.3. Nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública deve estabelecer, nos certames destinados à aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% do objeto para a contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP). No entanto, tal dispositivo não se aplica quando se trata de bens ou serviços de natureza indivisível ou cuja divisão possa comprometer a integridade e a funcionalidade da solução contratada.

14.4. Dessa forma, considerando a indivisibilidade técnica e funcional do objeto, a reserva de cota prevista no art. 48, inciso III, da LC nº 123/2006 mostra-se inaplicável, sob pena de se inviabilizar a adequada execução contratual. A adoção de uma solução unificada por um único fornecedor é imprescindível para assegurar a eficiência, a confiabilidade e a continuidade dos serviços prestados pela infraestrutura de TI da Administração.

15. PREVISÃO DE FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. Será declarada a proposta vencedora aquela que preencher as exigências de especificação deste Termo de Referência e melhor classificada segundo o critério de julgamento eleito.

15.2. Os preços unitários e totais devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (sendo as demais desprezadas), em algarismos e por extenso.

15.3. Poderão ser desclassificadas as propostas que apresentem irregularidades, a exemplo de:

- I. Cotação de objeto diverso;
- II. Condições que contrariem as exigências deste certame ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;
- III. Proposta alternativa ou que não atenda aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;
- IV. Irregularidades ou defeitos que prejudiquem o julgamento objetivo por parte do pregoeiro;
- V. Proposta de valor excessivo, manifestamente inexequível ou omissa;
- VI. Proposta definitiva e/ou documentos complementares não enviados no prazo estabelecido pelo pregoeiro.

16. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS, CONSÓRCIOS E PESSOAS FÍSICAS

DAS COOPERATIVAS

16.1. Fica vedada a participação de cooperativas, em atenção ao disposto no art. 16 da Lei Federal 14.133/2021.

16.2. A vedação se justifica em virtude de que o objeto da contratação demanda relação contratual típica de natureza empresarial, com responsabilidade técnica claramente definida, suporte contínuo do fabricante ou parceiro autorizado e garantias contratuais compatíveis com ambientes críticos de Tecnologia da Informação.

16.3. Adicionalmente, a execução do objeto exige padronização de processos, rastreabilidade das ações, níveis de serviço (SLAs) formalmente estabelecidos e responsabilidade direta da contratada perante a Administração, características que não se compatibilizam com o modelo jurídico e operacional das cooperativas, cuja forma de organização pode dificultar a definição clara de razoabilidade técnica individual, bem como a aplicação de sanções administrativas em caso de inadimplemento.

16.4. Assim, a restrição visa resguardar a segurança jurídica da contratação, a adequada execução contratual e a mitigação de riscos operacionais, em consonância com os princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público.

DAS EMPRESAS EM REGIME DE CONSÓRCIO

16.5. Fica vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista o objeto da contratação não ser de grande porte, nem apresentar complexidade técnica ou operacional que justifique a necessidade de execução por múltiplas empresas, não sendo o caso de aplicação do disposto no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.6. A vedação se justifica em virtude de que o objeto consiste no fornecimento de licenças de software e serviços correlatos, amplamente disponíveis no mercado por empresas especializadas, inclusive com atuação consolidada na comercialização e suporte de soluções baseadas na plataforma Red Hat OpenShift.

16.7. Além disso, a participação em consórcio poderia acarretar maior complexidade na gestão contratual, especialmente no que se refere à definição de responsabilidades, comunicação entre as partes, gestão de suporte técnico e eventual aplicação de penalidades, sem que haja ganho efetivo de competitividade ou vantajosidade para a Administração.

16.8. Ressalta-se, ainda, que a restrição não compromete a competitividade do certame, uma vez que há ampla oferta de fornecedores aptos a executar integralmente o objeto de forma individual, garantindo maior eficiência, celeridade na execução e simplificação na gestão contratual.

DAS PESSOAS FÍSICAS

16.9. Fica vedada a participação de pessoas físicas, uma vez que a presente contratação exige estrutura organizacional, capacidade técnica comprovada, suporte especializado e vínculo com fabricante ou parceiros autorizados, incompatíveis com a atuação individual.

16.10. A vedação se justifica em razão de que o objeto envolve o fornecimento de licenças corporativas de software, suporte técnico especializado, atualizações contínuas, garantia de funcionamento e, eventualmente, prestação de serviços técnicos associados, os quais demandam equipe qualificada, processos estruturados, certificações técnicas e capacidade operacional contínua.

16.11. Além disso, a execução contratual requer a observância de níveis de serviço (SLAs), atendimento a requisitos de segurança da informação, integração com ambientes críticos e suporte em regime contínuo, o que pressupõe uma estrutura empresarial formalmente constituída, com capacidade de resposta compatível com a criticidade dos serviços prestados.

16.12. Dessa forma, a restrição à participação de pessoas físicas visa assegurar a adequada execução do objeto, a mitigação de riscos contratuais e operacionais, bem como a observância dos princípios da eficiência, da continuidade e da segurança da informação no âmbito da Administração Pública.

17. OBRIGAÇÕES (DEVERES) DAS PARTES

17.1. As obrigações (deveres) da licitante/contratada e da contratante estão elencadas no Anexo "A" do presente Termo de Referência.

18. INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E/OU CANCELAMENTO DA ATA

18.1. A inexecução contratual ensejará a extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do Capítulo VIII, da Lei n. 14.133/2021, nos seguintes modos:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.2. O descumprimento, por parte da vencedora da licitação, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a este Tribunal de Contas do Estado de Rondônia o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

18.3. O cancelamento unilateral, com fundamento no inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a vencedora da licitação à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da vencedora da licitação, independentemente de outras penalidades.

18.4. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Reserva-se à Administração o direito de convocar o licitante para atualizar/complementar as informações apresentadas, para efeito de julgamento da aceitabilidade da proposta.

19.2. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de correio eletrônico corporativo, reputando-se válidas as enviadas em correio eletrônico (*e-mail*) incluído na proposta ou documentos apresentados pela empresa.

19.3. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

19.4. Devem ser respeitadas, quando do deslocamento às instalações do TCE-RO e da consulta ao processo administrativo, as regras de conduta prescritas pela Resolução nº 90/2012 – Plano de Segurança Institucional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e pela Resolução nº 93/2012 – Regulamenta o acesso a informações e a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Não existem condições especiais aplicadas ao objeto.

19.5. O contratado que de alguma forma contribua para pôr em risco a legalidade, lisura e transparência dos certames licitatórios do Tribunal, com condutas comissivas ou omissivas, ficará sujeito às mais graves sanções administrativas previstas no contrato, sujeitando-se ainda às demais cominações legais e não se afastando a possibilidade de arcar com perdas e danos que esta Corte venha a sofrer.

20. ANEXOS

20.1. Compõem o presente Termo de Referência os seguintes anexos:

- a) ANEXO A - Obrigações das partes;
- b) ANEXO B - Declarações Legais;
- c) ANEXO C - Especificações Técnicas;
- d) ANEXO D - Termo de Sigilo e Confidencialidade.
- e) ANEXO E - Cronograma.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO JOSÉ DA SILVA GONZAGA, Chefe de Divisão**, em 24/04/2026, às 10:11, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tceero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1039873** e o código CRC **38C8D394**.

ARTEFATOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO A

OBRIGAÇÕES DAS PARTES (FORNECIMENTO E SERVIÇOS)

1. OBRIGAÇÕES (DEVERES) DO CONTRATADO

- 1.1. Emitir a nota fiscal observando o disposto neste Termo de Referência;
- 1.2. Fornecer/Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;
- 1.3. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas e mão-de-obra necessária ao fornecimento/execução dos objetos contratados, sem nenhum ônus adicional para o CONTRATANTE;
- 1.4. Fornecer/Executar os objetos seguindo os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto do contrato, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;
- 1.5. Entregar somente produtos novos, de primeira qualidade e que atendam às normas do Código de Defesa do Consumidor;
- 1.6. Efetuar a substituição dos produtos fornecidos, às suas expensas, caso seja detectada perda de qualidade;
- 1.7. Providenciar às suas custas a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos, no que couber;
- 1.8. Retirar no local do fornecimento, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento da comunicação por escrito, os produtos que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações do edital;
- 1.9. Respeitar os prazos previstos em edital;
- 1.10. Manter, durante o prazo de validade do registro, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 1.11. Prestar garantia dos produtos, conforme disposto no tópico "Garantia";
- 1.12. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, caso a exigência seja aplicável à vencedora da licitação; e
- 1.13. Orientar o CONTRATANTE quanto a melhores práticas aplicáveis ao fornecimento/execução do objeto;
- 1.14. Apresentar o preposto da empresa quando se tratar de serviços;
- 1.15. Ter responsabilidade objetiva pelos fornecimentos/serviços realizados, empregando funcionários capacitados e comunicando com a devida antecedência eventuais substituições do preposto indicado;
- 1.16. Fornecer/Executar os objetos contratados conforme o estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, devendo ainda fiscalizar o nível de qualidade, visando manter a eficiência e eficácia;
- 1.17. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento do fornecimento/serviço, conforme previsto neste termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- 1.18. Apresentar sugestões que proporcionem maior qualidade na prestação do fornecimento/serviço, potencializando melhor atendimento à finalidade da contratação, sendo o acatamento da responsabilidade do CONTRATANTE;
- 1.19. Atender prontamente as solicitações do contratante acerca do fornecimento e/ou serviço contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;
- 1.20. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções;
- 1.21. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento e/ou prestação de serviços, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;
- 1.22. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências do contratante, quando na entrega ou execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;
- 1.23. Responder pelos danos causados diretamente à Administração do Tribunal ou a terceiros, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão dolosa ou culposa, quando do fornecimento/execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pelo Tribunal;

- 1.24. Comunicar à Administração do Tribunal, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 1.25. Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;
- 1.26. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens ou serviços, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;
- 1.27. Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso ao fornecimento ou serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas;
- 1.28. Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos bens, fornecendo os manuais disponíveis e os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;
- 1.29. Entregar os bens tecnologicamente atualizados, no caso de descontinuidade de fabricação dos bens que foram cotados;
- 1.30. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens e peças, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar ao CONTRATANTE a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização;
- 1.31. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega e instalação dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo dos Bens” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;
- 1.32. O não cumprimento do disposto nos itens anteriores deste item faculta ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a adoção de medidas objetivando possível extinção contratual, incorrendo a vencedora da licitação, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis; e
- 1.33. Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

2. OBRIGAÇÕES (DEVERES) DO CONTRATANTE

- 2.1. Efetuar o registro da licitante classificada em primeiro lugar, firmando a correspondente ata de registro de preços;
- 2.2. Conduzir o procedimento relativo à eventual renegociação do(s) preço(s) registrado(s);
- 2.3. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento dos produtos, além de comunicar eventuais irregularidades observadas na execução do fornecimento, efetuando, inclusive, o aceite das Notas Fiscais/Faturas;
- 2.4. Aplicar as penalidades previstas para o(s) caso(s) de descumprimento do pactuado nesta licitação;
- 2.5. Assegurar à vencedora da licitação livre acesso às suas dependências por ocasião da entrega dos produtos, desde que os responsáveis pela entrega sejam devidamente identificados;
- 2.6. Empenhar os recursos necessários garantindo o pagamento das Notas Fiscais/Faturas em dia;
- 2.7. Prestar aos empregados da vencedora da licitação todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre o fornecimento dos produtos; e
- 2.8. Notificar expressamente a vencedora da licitação sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento requerendo a adoção das medidas corretivas necessárias
- 2.9. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;
- 2.10. Permitir livre acesso dos funcionários do CONTRATADO aos documentos e locais relacionados ao objeto, observadas as normas de segurança pertinentes;
- 2.11. Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- 2.12. Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues e/ou dos serviços prestados, pela Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;
- 2.13. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ou bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;
- 2.14. Assegurar que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente;
- 2.15. Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;
- 2.16. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;
- 2.17. Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei;
- 2.18. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório.

3. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS COMERCIAIS E FISCAIS

3.1. Caberá ao CONTRATADO, ainda:

3.2. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

3.3. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato;

3.5. A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual o CONTRATADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ HENRIQUE DE LIMA SIQUEIRA, Analista**, em 28/10/2025, às 15:21, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **0949753** e o código CRC **35CA8AEE**.

ARTEFATOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO B

MODELO DE DECLARAÇÕES

1. **Declaração de inexistência de impedimento à contratação com o poder público**

Declaro que a empresa não está impedida de participar de contratações promovidas por órgãos ou entidades públicas.

2. **Declaração de beneficiário da lei complementar 123/2006 (se for o caso)**

Declaro que a empresa se enquadra / não se enquadra como microempresa e empresa de pequeno porte, e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar.

3. **Declaração de conhecimento e concordância dos termos do edital (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I)**

Declaro que manifesto ciência em relação ao inteiro teor do AVISO e dos seus anexos, concordando com suas condições, atendendo aos requisitos de habilitação e respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I).

4. **Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º)**

Declaro que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º).

5. **Declaração de reserva de cargos (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII)**

Declaro que cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII)

6. **Declaração de não emprego de trabalho desumano ou degradante (CF 88, art. 1º, III e IV c/c art. 5º, III)**

Declaro que observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

7. **Declaração de inexistência de fato superveniente para contratação.**

Declaro que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para habilitação no aviso de dispensa de licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores

8. **Declaração de emprego de menor**

Declaro que a empresa não possui em seu quadro de pessoal, menores com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura e nome legível do proponente



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ HENRIQUE DE LIMA SIQUEIRA, Analista**, em 28/10/2025, às 15:21, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **0949755** e o código CRC **F79C6E7D**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

ARTEFATO DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO C - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

1. OBJETO

1.1. Solução de Gerenciamento de Microserviços:

| SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE MICROSERVIÇOS | | | |
|---|---|-----------------|------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE/SERVIÇO | QUANTIDADE |
| 1 | Red Hat OpenShift Platform Plus, Premium (2 Cores or 4 vCPU) - MW01621 – suporte e atualização por 12 meses | Unidade | 19 |
| 2 | Serviços técnicos especializados em plataforma Red Hat - GPS-C, por hora da fabricante OU contratada | Horas | 300 |
| 3 | Technical Account Manager especializado em Red Hat da contratada, Sessões Remotas Quinzenais pelo período de 12 meses | TAM | 01 |

2. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. REQUISITOS DE CONTINUIDADE DO NEGÓCIO

2.2. A contratada deverá garantir a **continuidade operacional da plataforma Red Hat OpenShift Container Platform Plus Premium** durante todo o período contratual, assegurando suporte técnico, atualizações e manutenção corretiva e evolutiva, de forma a preservar a alta disponibilidade dos serviços críticos hospedados no ambiente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO).

2.3. A solução deverá contar com garantia, assistência e suporte técnico oficial da Red Hat por um período mínimo de 12 (doze) meses, em regime 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana), cobrindo:

- Correção de falhas e vulnerabilidades de segurança;
- Atualizações de versões, patches e releases oficiais da Red Hat;
- Suporte técnico especializado para incidentes, solicitações e dúvidas operacionais;
- Acesso ao portal de suporte e base de conhecimento da Red Hat;
- Atendimento prioritário em casos de indisponibilidade de cluster, degradação de desempenho ou falhas críticas em workloads;
- Suporte para integrações com componentes associados à solução (Red Hat Quay, OpenShift Data Foundation, OpenShift Pipelines, OpenShift GitOps e Red Hat Advanced Cluster Management).

2.4. A contratada deverá prestar o **suporte técnico e manutenção** mediante **abertura de chamados** com prazos de atendimento e resolução compatíveis com os níveis de serviço exigidos pelo TCE-RO, conforme classificação de severidade dos incidentes (críticos, altos, médios e baixos).

2.5. A contratada deverá ainda cooperar com a equipe de infraestrutura do TCE-RO em eventuais planos de contingência, procedimentos de failover e testes de continuidade de negócios (BCP/DRP), garantindo a integridade dos dados e a retomada de serviços em caso de incidentes críticos.

REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO

- 2.5.1. Os Serviços de Implantação, Planejamento, Configuração, Testes, Repasse de Conhecimento e Documentação Técnica referentes às subscrições Red Hat OpenShift Container Platform Plus Premium deverão ser executados pela Contratada, em conjunto com a equipe técnica do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), com base em um Plano de Implantação detalhado, elaborado pela Contratada e aprovado pela Contratante antes do início das atividades.
- 2.5.2. O Plano de Implantação deverá contemplar todas as etapas, responsabilidades, prazos e validações técnicas necessárias para garantir o funcionamento integral e a integração da plataforma com o ambiente de produção do TCE-RO.
- 2.5.3. As atividades mínimas a serem realizadas incluem:
- 2.5.3.1. Reuniões técnicas remotas para levantamento de requisitos e definição da arquitetura, topologia, configurações e demais parâmetros técnicos necessários à elaboração do Plano de Implantação;
- 2.5.3.2. Configuração lógica e ativação das licenças Red Hat OpenShift Plus Premium, assegurando a integração dos componentes contratados (OpenShift, Quay, OpenShift Data Foundation, Advanced Cluster Management e Advanced Cluster Security);
- 2.5.3.3. Criação e configuração da infraestrutura lógica do cluster OpenShift, garantindo interoperabilidade com os ambientes computacionais existentes no TCE-RO;
- 2.5.3.4. Validação funcional e operacional da solução, incluindo a implantação prática de uma aplicação real em produção, utilizando armazenamento persistente (ODF) e repositório de imagens (Quay);
- 2.5.3.5. Transferência de conhecimento técnico à equipe do TCE-RO, abordando instalação, configuração, operação e boas práticas de sustentação da plataforma;
- 2.5.3.6. Elaboração e entrega da documentação técnica completa ("as built"), incluindo topologia, configurações aplicadas, políticas de segurança, rotinas de backup e restore, e parâmetros de observabilidade;
- 2.5.3.7. Entrega final e aceite técnico da solução junto à equipe técnica do TCE-RO, conforme critérios definidos neste Termo de Referência.
- 2.5.4. Durante a execução das atividades, a Contratada deverá observar as etapas de Planejamento, Execução, Homologação e Entrega, garantindo a rastreabilidade de todas as ações e a conformidade com o plano previamente aprovado.
- 2.5.5. **O acompanhamento técnico do processo de implantação será realizado de forma remota, com o apoio do Red Hat Technical Account Manager (TAM), que deverá promover sessões quinzenais durante o período de 12 (doze) meses, conforme previsto neste Termo de Referência.**

REQUISITOS TECNOLÓGICOS

- 2.6. Os requisitos tecnológicos a seguir descrevem as condições mínimas que a solução deverá atender para garantir compatibilidade, desempenho, segurança e integração plena com o ambiente de TI do TCE-RO.

2.7. Requisitos Tecnológicos Gerais

- A solução deverá ser baseada na plataforma **Red Hat OpenShift Container Platform Plus Premium**, versão mais recente e homologada pela Red Hat à época da entrega;
- A solução deverá operar em ambiente **híbrido (on-premises e cloud)**, suportando orquestração e gerenciamento centralizado de múltiplos clusters;
- A plataforma deverá ser **100% compatível** com as aplicações já implantadas e com as que estão em processo de migração (PCE, eGesp, ContAi, Radar, entre outras);
- A solução deverá garantir **alta disponibilidade (HA)** e **balanceamento automático de cargas (load balancing)** entre nós do cluster;
- A plataforma deverá prover **mecanismos de resiliência e auto-recuperação**, com failover automático de pods e serviços em caso de falhas.

2.8. Requisitos de Segurança e Compliance

- Deve atender aos princípios de segurança da informação: **confidencialidade, integridade e disponibilidade**;
- Deve possuir integração com **Active Directory / LDAP** para controle de autenticação e autorização;
- Deve prover **controle de acesso baseado em papéis (RBAC)**, logs de auditoria detalhados e rastreabilidade completa de ações administrativas;
- Deve suportar **TLS 1.2 ou superior**, garantindo criptografia de comunicações internas e externas;
- Deve oferecer **gestão centralizada de certificados e segredos (Secrets Management)**;
- Deve permitir **integração com ferramentas de observabilidade** (Elastic Stack, Grafana, Prometheus, Datadog, etc.) e **integração segura com pipelines de CI/CD**.

2.9. Requisitos de Armazenamento e Desempenho

- Deve utilizar o **OpenShift Data Foundation (ODF)** ou solução equivalente homologada, garantindo armazenamento persistente distribuído, com replicação e resiliência nativas;
- Deve suportar **provisionamento dinâmico de volumes (Dynamic Provisioning)** para workloads stateful;

- Deve garantir **baixa latência de I/O e alta taxa de transferência** para aplicações críticas;
- Deve possuir **mecanismos de compressão, deduplicação e snapshots** integrados;
- Deve ser compatível com storages existentes no TCE-RO (SAN/NAS e NFS).

2.10. Requisitos de Observabilidade e Gestão

- Deve incluir **monitoramento nativo de métricas, logs e traces** das aplicações e dos componentes do cluster;
- Deve oferecer **console única de administração (Single Pane of Glass)** para gestão de múltiplos clusters;
- Deve possibilitar **criação de alertas personalizados** para incidentes, falhas e degradação de performance;
- Deve integrar-se nativamente com **Red Hat Advanced Cluster Management** e **Red Hat Advanced Cluster Security**, caso disponíveis;
- Deve permitir **automação de deploys** com OpenShift Pipelines (Tekton) e GitOps (ArgoCD).

2.11. Requisitos de Continuidade e Escalabilidade

- Deve suportar **escala horizontal e vertical automática (autoscaling)** de workloads e nós;
- Deve permitir **migração de workloads entre nós ou clusters sem downtime** perceptível;
- Deve dispor de **políticas configuráveis de backup e restore**, com integração a soluções de recuperação de desastres (Velero, Red Hat ACS, etc.);
- Deve manter **compatibilidade retroativa** com versões anteriores do OpenShift, preservando a integridade de aplicações já implantadas;
- Deve suportar **expansão modular de recursos** (compute, storage e rede) sem impacto na operação.

2.12. Requisitos de Entrega e Implantação

- A implantação deverá ser executada por **empresa especializada e certificada pela Red Hat**, garantindo conformidade com as melhores práticas do fabricante;
- A contratada deverá **fornecer todas as licenças de software e subscrições necessárias** para o pleno funcionamento da solução;
- A entrega deverá incluir **documentação técnica completa (as-built)**, contendo topologia, configurações, políticas e parâmetros operacionais;
- Todos os serviços de instalação, migração e testes deverão ser realizados com **planejamento conjunto com o TCE-RO**, priorizando períodos fora do expediente (entre 18h e 6h ou em finais de semana/feriados), evitando indisponibilidade dos serviços essenciais. Caso os serviços sejam executados fora do horário comercial, as horas de consultoria técnica previstas no Item 2 deverão ser contabilizadas com fator de multiplicação 2x, ou seja, cada hora efetivamente executada será equivalente a duas unidades do Item 2;
- Deverão ser apresentados **relatórios de verificação pós-implantação**, confirmando o funcionamento, desempenho e segurança do ambiente.

REQUISITOS DE NÍVEIS DE SERVIÇO (SLA)

2.13. A contratada deverá assegurar o cumprimento de níveis de serviço compatíveis com a criticidade e a relevância das aplicações executadas no ambiente **Red Hat OpenShift Container Platform Plus Premium**, observando os padrões de qualidade e disponibilidade exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO).

2.14. Atendimento e Suporte Técnico

2.14.1. O suporte deverá estar disponível em regime **24 horas por dia, 7 dias por semana**, incluindo feriados, e abranger todos os componentes e integrações da solução.

2.14.2. O suporte técnico será prestado diretamente pela fabricante Red Hat, conforme o modelo de subscrição contratado, assegurando ao TCE-RO acesso integral aos canais oficiais de suporte (Red Hat Customer Portal, telefone e e-mail).

2.14.3. O suporte abrangerá todos os componentes da solução Red Hat OpenShift Container Platform Plus Premium, incluindo OpenShift, Quay, OpenShift Data Foundation (ODF), Advanced Cluster Management e Advanced Cluster Security, garantindo a manutenção corretiva e evolutiva durante o período contratual de 12 (doze) meses.

2.14.4. Os chamados técnicos deverão ser classificados conforme o grau de severidade, com prazos máximos de **início de atendimento e solução definitiva**, conforme tabela a seguir:

| SLA - SEVERIDADE | | | |
|------------------|---|------------------|-------------------|
| SEVERIDADE | DESCRIÇÃO | RESPOSTA INICIAL | RESPOSTA CONTÍNUA |
| Crítica (Sev 1) | Indisponibilidade total do cluster, falha de controle ou interrupção de serviços ou aplicações críticas (Portal TCE, Portal Cidadão, PCE, eGesp, ContAi etc.) | 1 hora | 1 hora |

| SLA - SEVERIDADE | | | |
|------------------|--|---------------|---------------|
| Alta (Sev 2) | Degradação de desempenho grave ou falha parcial que afete múltiplos serviços | 2 horas | 4 horas |
| Média (Sev 3) | Falhas pontuais, incidentes não críticos ou erros de configuração isolados | 4 horas úteis | 8 horas úteis |
| Baixa (Sev 4) | Dúvidas técnicas, solicitações de melhoria ou ajustes não urgentes | 8 horas úteis | 2 dias úteis |

2.14.5. O **tempo de atendimento** será contado a partir da abertura do chamado em qualquer canal oficial (portal Red Hat, telefone ou e-mail dedicado).

2.14.6. O **tempo de solução** será encerrado somente após a validação técnica e a restauração do serviço.

2.14.7. A contratada deverá disponibilizar **canal único de registro e acompanhamento** dos chamados, com histórico detalhado de ações e evidências.

2.14.8. O acompanhamento proativo das ações de suporte será realizado por meio das Sessões Remotas quinzenais do *Technical Account Manager* (TAM), que deverá revisar o andamento dos chamados, desempenho do ambiente e sugerir ações preventivas e corretivas.

2.14.9. A contratada deverá assegurar que todos os chamados abertos pela equipe técnica do TCE-RO recebam tratamento conforme o nível de severidade estabelecido, com registro e histórico disponíveis para auditoria e verificação dos níveis de serviço (SLA).

2.15. Monitoramento e Relatórios

2.15.1. Deverá manter painel de monitoramento consolidado contendo métricas de disponibilidade, desempenho, capacidade e incidentes abertos.

2.15.2. Relatórios fora do padrão mínimo de conformidade deverão vir acompanhados de plano de ação corretivo, com prazos e responsáveis.

2.16. Penalidades e Compensações

2.16.1. Caso a disponibilidade mensal da solução fique abaixo de 99,5%, a contratada estará sujeita à aplicação de penalidades contratuais conforme normas internas do TCE-RO e a Lei nº 14.133/2021;

2.16.2. Em casos de reincidência de falhas críticas (Sev 1) que ultrapassem o limite de tolerância trimestral definido (máximo de 2 ocorrências), a contratada deverá apresentar plano de mitigação com execução imediata sob supervisão do TCE-RO;

2.16.3. O descumprimento recorrente de prazos de solução poderá ensejar glosas financeiras ou rescisão contratual por inexecução.

2.17. Requisitos de Continuidade e Recuperação

2.17.1. A contratada deverá garantir mecanismos de recuperação de desastres (Disaster Recovery) com procedimentos documentados e testados periodicamente;

2.17.2. O plano de continuidade deverá prever restauração total do ambiente em até 8 horas, em caso de falha catastrófica;

2.17.3. O processo de backup deverá ocorrer de forma automatizada, segura e validada periodicamente, com retenção mínima de 30 dias;

2.17.4. A contratada deverá participar dos testes de contingência promovidos pelo TCE-RO, colaborando na validação dos mecanismos de resiliência e failover da plataforma.

REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

2.17.5. Todos os serviços implantados e suportado pela Contratada devem seguir as seguintes normas de Segurança de Informação:

2.17.5.1. Política Corporativa de Segurança da Informação do TCE-RO (PCSI/TCE-RO);

2.17.5.2. A contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, decorrentes da prestação dos serviços objeto desta contratação, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar em proveito próprio tais informações;

2.17.5.3. A Contratada deverá orientar seus empregados e/ou prepostos acerca dos requisitos de sigilo exigíveis pelo contrato, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

2.17.5.4. A Contratada deverá cumprir e atender aos padrões de segurança e controle para acesso e uso das instalações do TCE-RO, zelando por sua integridade;

2.17.5.5. A CONTRATADA deverá obedecer aos critérios, padrões, normas e procedimentos operacionais adotados pela CONTRATANTE;

2.17.5.6. Promover o afastamento, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus recursos técnicos que não correspondam aos critérios de confiança ou que perturbe a ação da equipe de fiscalização da CONTRATANTE;

- 2.17.5.7. Responsabilizar-se pelos materiais, produtos, ferramentas, instrumentos e equipamentos disponibilizados para a execução dos serviços, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou outros fatos que possam vir a ocorrer;
- 2.17.5.8. Não veicular publicidade acerca dos serviços contratados, sem autorização, por escrito, da CONTRATANTE;
- 2.17.5.9. Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, as informações relativas às políticas de segurança e políticas complementares adotadas pela CONTRATANTE;
- 2.17.5.10. Manter em caráter confidencial, mesmo após o término do prazo de vigência ou rescisão do contrato, todas as informações do projeto;
- 2.17.5.11. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc., sem a anuência expressa e por escrito da área administrativa da CONTRATANTE.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. DA REUNIÃO DE ALINHAMENTO

3.1.1. Deverá ser realizada, **até o 5º (quinto) dia útil após a assinatura do Contrato pelas partes**, sendo uma reunião de alinhamento remota e com a participação do preposto da Contratada, conforme agendamento efetuado pelo Gestor do Contrato, com o objetivo de:

- nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas neste Termo, no Contrato, no Edital e em seus Anexos, esclarecendo, caso necessário, possíveis dúvidas acerca do objeto;
- receber o repasse de informações sobre os sistemas corporativos do Tribunal;
- apresentar um número de telefone que possibilite ligações para a central de suporte técnico da fabricante da Solução ou por empresa autorizada por esta e, pelo menos, um endereço eletrônico para fins de abertura, acompanhamento de chamados e resolução de dúvidas sobre a Solução; identificar as expectativas a respeito da Solução contratada;
- receber as informações do e-mail que será utilizado para que a mesma solicite do Tribunal a chave de acesso para a implantação da Solução; e
- apresentar o(s) profissional(is) certificado(s) nas soluções adquiridas, responsáveis pela implantação da Solução no ambiente do Tribunal.

3.1.2. O(s) profissional(is) deverá(ão) efetivamente implantar os serviços oficiais, admitindo-se sua(s) substituição(ões) por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada(s) previamente pelo Gestor do Contrato.

3.1.3. O Gestor do Contrato apresentará à Contratada a relação nominal da Equipe Técnica autorizada a abrir e fechar chamados para a eventual assistência técnica.

3.1.4. Após a reunião de alinhamento deverá ser gerada uma Ata com o resultado da mesma e esta deverá ser assinada pelo Gestor, fiscais do Contrato e pela Contratada.

3.2. DA DISPONIBILIDADE DAS LICENÇAS

3.2.1. A Contratada terá o prazo de **até 2 (dois) dias úteis**, contados do primeiro dia útil após a reunião de alinhamento, para solicitar ao Gestor do Contrato, pelos e-mail(s) **luiz.siqueira@tce.ro.gov.br** e **diarc@tce.ro.gov.br**, a chave de acesso para a disponibilização e implantação da Solução contratada.

3.2.2. O Gestor do Contrato ou outro servidor devidamente designado deverá fornecer a chave de acesso para a implantação da Solução, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil após a solicitação pela Contratada.

3.2.3. Caso haja indisponibilidade de sistemas ou de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação deste Tribunal que possam impactar na implantação da Solução, o prazo disposto anteriormente será suspenso por tempo indeterminado. Após as medidas necessárias, a chave de acesso será fornecida à Contratada.

3.2.4. O prazo para ativação das licenças se dará após a assinatura do Termo Contratual e recebimento da Ordem de Serviço (ou outro documento equivalente), **devendo a contratada enviar ao TCE-RO comunicado oficial informando sobre a efetiva ativação do licenciamento e disponibilidade do serviço**.

3.2.5. Após disponibilização das licenças de subscrições, a Contratada enviará ao Gestor do Contrato, pelos e-mail(s) **luiz.siqueira@tce.ro.gov.br** e **diarc@tce.ro.gov.br**, a Comunicação de Disponibilização dos softwares.

3.3. DO SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E SUPORTE AVANÇADO

3.3.1. Os Serviços Técnicos Especializados compreendem a implantação, configuração, estabilização e sustentação técnica da solução Red Hat OpenShift Container Platform Plus Premium, assegurando a integração plena da plataforma ao ambiente computacional do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO).

3.3.2. Esses serviços deverão ser prestados pelo Fabricante (Red Hat) ou por empresa parceira oficialmente credenciada, no formato remoto, abrangendo, no mínimo, as seguintes etapas:

- **Planejamento:** elaboração do plano técnico de implantação, cronograma e matriz de responsabilidades;
- **Execução:** instalação, configuração e ajustes dos componentes contratados (OpenShift, ODF, Quay, Advanced Cluster Management e Advanced Cluster Security);

- **Homologação:** testes de funcionamento, desempenho e segurança em conjunto com a equipe técnica do TCE-RO;
- **Entrega:** documentação “as built”, relatório final de implantação e transferência de conhecimento à equipe técnica do Tribunal.

3.3.3. Durante a execução dos serviços, a contratada deverá demonstrar em produção uma aplicação real do TCE-RO, operando com os recursos de armazenamento persistente do OpenShift Data Foundation (ODF) e o repositório corporativo Red Hat Quay, de modo a validar o funcionamento completo e integrado da plataforma, conforme critérios de aceite definidos neste Termo de Referência.

3.3.4. Toda e qualquer despesa com deslocamento, alimentação e hospedagem dos profissionais envolvidos será de responsabilidade exclusiva da Contratada, sem ônus para o TCE-RO.

Tarefas adicionais necessárias ao funcionamento correto da solução, mesmo que não descritas expressamente neste documento, deverão ser executadas sem custo adicional.

3.3.5. Toda e qualquer despesa relacionada ao transporte, alimentação e hospedagem, se necessários, para os profissionais responsáveis pela execução dos serviços, deverão ocorrer por conta da Contratada ou do próprio fabricante, sem quaisquer ônus para a Contratante;

3.3.6. A implantação deverá assegurar total interoperabilidade com os sistemas existentes no TCE-RO e otimização para máximo desempenho e disponibilidade. Durante a fase de testes e homologação, deverão ser utilizadas subscrições temporárias para evitar o consumo do período de validade das licenças de produção antes do aceite final.

3.3.7. Todos os serviços deverão ser realizados por profissionais certificados pela Red Hat, com experiência comprovada em implantação e administração de clusters OpenShift. O TCE-RO poderá exigir a apresentação prévia de comprovação das certificações técnicas dos profissionais alocados, bem como a substituição de qualquer profissional que não atenda aos requisitos exigidos.

3.3.8. Antes do início das atividades, a contratada deverá assinar Termo de Confidencialidade, comprometendo-se a tratar de forma sigilosa todas as informações e dados do TCE-RO.

3.3.9. Os serviços deverão ser executados preferencialmente de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. Caso sejam realizados fora desse período, será aplicado o fator multiplicador de 2x (duas vezes), equivalente ao consumo de duas horas contratuais para cada hora efetivamente trabalhada.

Serviços de Gerenciamento Técnico de Conta (TAM – *Technical Account Manager*)

3.3.10. Os Serviços de Gerenciamento Técnico de Conta (TAM) deverão ser prestados pelo Fabricante (Red Hat), por 12 (doze) meses, exclusivamente em relação aos produtos contratados, por meio de especialista técnico dedicado (Red Hat TAM), com atuação contínua e remota, nos termos a seguir:

3.3.11. Modelo de atendimento (remoto):

3.3.11.1. Sessões remotas quinzenais, previamente agendadas com a equipe do TCE-RO, para acompanhamento técnico, revisão de status, recomendações de melhoria e alinhamento de ações;

3.3.11.2. Disponibilidade para contato ilimitado via telefone e e-mail, em regime 8x5 (das 08h às 18h, dias úteis, fuso de Rondônia), para esclarecimento de dúvidas e acionamentos táticos;

3.3.11.3. Relatório técnico mensal (por e-mail) com tendências, recomendações, ações executadas e plano de ação vigente;

Atribuições do TAM (remoto):

3.3.12.1. Atuar como ponto único de contato técnico entre o TCE-RO e a Red Hat;

3.3.12.2. Recomendar tuning de desempenho e ajustes de arquitetura; apoiar planejamento de atualizações/patches com mínima indisponibilidade;

3.3.12.3. Monitorar proativamente riscos e alertar sobre potenciais problemas; sugerir métricas, thresholds e indicadores de acompanhamento;

3.3.12.4. Apoiar na abertura e priorização de chamados junto ao suporte Red Hat, com revisão semanal de status;

3.3.12.5. Auxiliar na análise e correção de falhas/bugs/vulnerabilidades, com interface direta às equipes de engenharia Red Hat quando aplicável;

3.3.12.6. Promover workshops remotos sobre novas tecnologias/recursos; orientar sobre roadmap e boas práticas;

3.3.12.7. Prestar orientações técnicas sobre integração das soluções Red Hat ao ambiente do TCE-RO;

3.3.12.8. Atuar em dedicação exclusiva nos horários reservados às atividades contratadas; utilizar exclusivamente as ferramentas de comunicação adotadas pelo TCE-RO;

3.3.12.9. Em eventual substituição do TAM, a Red Hat deverá realizar transição formal remota, preservando a continuidade e a qualidade do serviço.

3.4. DA ATUALIZAÇÃO DA SOLUÇÃO

3.4.1. As atualizações e upgrades da solução Red Hat OpenShift Container Platform Plus Premium deverão ser disponibilizadas e diretamente pelo fabricante (Red Hat) durante todo o período de vigência das subscrições, sem custos adicionais ao TCE-RO. A execução da atualização deverá ser feita mediante ao consumo das horas de consultoria técnica (item 2).

3.4.2. A Contratada deverá assegurar que o Tribunal tenha acesso contínuo aos repositórios oficiais Red Hat, para obtenção de novas versões, correções de segurança (patches), melhorias de desempenho e recursos evolutivos da plataforma, conforme o modelo de subscrição contratado.

3.4.3. As atualizações serão disponibilizadas de forma remota, com acompanhamento técnico do Technical Account Manager (TAM), feitas dentro do horário comercial ou horário previamente acordado, que deverá orientar a equipe do TCE-RO quanto ao

planejamento e execução segura das atualizações e upgrades, garantindo a continuidade dos serviços e a integridade do ambiente de produção.

3.5. REGISTRO DOS PRODUTOS

3.5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar em site do fabricante da solução o inventário de todos os itens de Licenças e Serviços de Suporte contratados, com os respectivos prazos de suporte, vinculados à conta específica da CONTRATANTE.

3.5.2. A entrega das informações referentes ao suporte e direito de atualização deverá incluir:

3.5.2.1. Comprovação do suporte registrado junto ao fabricante, conforme especificação desse TR, pelo período total contratado de cada item;

3.5.2.2. Todas as informações necessárias para utilização do suporte e direito de atualização do produto.

3.5.3. RECEBIMENTO DO OBJETO

3.5.4. O recebimento provisório da Solução deverá ocorrer no prazo de até **5 (cinco) dias consecutivos**, contados após a comunicação da Contratada, o qual informará a finalização dos serviços de instalação, configuração e migração dos dados.

3.5.5. O **Termo de Recebimento Definitivo** será emitido após a verificação da inexistência de deficiências da Solução, e por um período de funcionamento experimental de **até 15 (quinze) dias consecutivos**, contados do primeiro dia útil após o recebimento provisório.

3.5.6. Os recebimentos referentes aos **serviços técnicos especializados** ocorrerão de acordo com sua execução, conforme as solicitações de serviços realizadas pelo Tribunal.

3.5.7. Na hipótese de qualquer divergência aos termos pactuados, não ocorrerá o recebimento definitivo, sendo a Contratada notificada para, no prazo de **até 10 (dez) dias consecutivos**, contados do recebimento da Notificação, proceder à regularização, sem ônus para o Tribunal.

3.5.8. Após a regularização pertinente, e contando-se da data de apresentação para apreciação do Tribunal, este terá o prazo de **até 5 (cinco) dias consecutivos** para verificação em face dos termos pactuados. Constatada a conformidade, será procedido o recebimento definitivo.

3.5.9. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da Contratada pela Solução contratada, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.

3.5.10. Para emissão do Termo de Recebimento Definitivo, o Gestor ou Fiscal Técnico do Contrato poderão confirmar a validade/garantia da Solução, junto à fabricante.



Documento assinado eletronicamente por **EDSON NASCIMENTO CAVALCANTE, Analista**, em 19/12/2025, às 12:32, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tce.ro.br/validar>, informando o código verificador **0987276** e o código CRC **7A5F9E20**.

ARTEFATOS DE TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO D

MODELO DE DECLARAÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Referência: Pregão Eletrônico nº _____.

Data: ____ / ____ / ____.

Empresa: (nome da Licitante).

0.1. Os abaixo-assinados, de um lado o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, CNPJ nº 04.801.221/0001-10 , situado na cidade de Porto Velho, a Av. Pres. Dutra, 4229 - Olaria, CEP 76801-327 , doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a EMPRESA _____, CNPJ nº _____, situada à _____, CEP _____, doravante denominada CONTRATADA, tem entre si justa e acertada, a celebração do presente TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE, através do qual a CONTRATADA aceita não divulgar, sem autorização prévia e formal, segredos e informações sensíveis de propriedade do CONTRATANTE e se compromete a praticar procedimentos de segurança da informação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

0.2. A CONTRATADA reconhece que, em razão das suas atividades profissionais, estabelece contato com informações sigilosas, que devem ser entendidas como segredo. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição, e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, inclusive aos próprios colaboradores da CONTRATADA, sem a expressa e escrita autorização da CONTRATANTE.

0.3. Todas as informações devem receber o tratamento de confidencialidade adequado, de acordo com o seu nível de classificação, inclusive aquelas a seguir exemplificadas:

0.4. Programas de computador, suas listagens, documentação, artefatos diversos, código fonte e código objeto;

0.5. Toda a informação relacionada a programas existentes ou em fase de desenvolvimento, inclusive fluxogramas, estatísticas, especificações, avaliações, resultados de testes, arquivos de dados, artefatos diversos e versões "beta" de quaisquer programas;

0.6. Documentos, informações e dados armazenados de atuação consultiva e contenciosa, de estratégias ou demais dados e/ou informações de caráter sigiloso ou restrito;

0.7. Metodologia, projetos e serviços utilizados;

0.8. Números e valores financeiros;

0.9. A CONTRATADA reconhece que a lista acima é meramente exemplificativa e ilustrativa, e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam, ou que venham a surgir no futuro, devem ser mantidas sob segredo. Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, a CONTRATADA deve tratar a mesma sob sigilo até que seja autorizada, formalmente, a tratá-la de forma diferente pelo CONTRATANTE.

0.10. A CONTRATADA reconhece que, ao final da completa execução de todas as obrigações oriundas do contrato, deverá entregar ao CONTRATANTE todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matérias sigilosas relacionadas com a atividade, registros de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou estado sob seu controle. A CONTRATADA também assume o compromisso de não utilizar qualquer informação adquirida quando de suas atividades para o CONTRATANTE.

0.11. A CONTRATADA deve assegurar que todos os seus colaboradores guardarão sigilo sobre as informações que porventura tiverem acesso, mediante o ciente de seus colaboradores em Termo próprio a ser firmado para com a CONTRATADA, e que os mesmos se comprometerão a informar, imediatamente, ao seu superior hierárquico, qualquer violação das regras de sigilo, por parte dele ou de qualquer pessoa, inclusive nos casos de violação não intencional.

0.12. A coleta dos Termos de Sigilo de seus colaboradores não exime a CONTRATADA das penalidades por violação de quaisquer das regras de sigilo e confidencialidade estabelecidas por parte de seus colaboradores.

0.13. A CONTRATADA deverá fornecer cópia de todos os termos firmados com seus colaboradores quando do início dos trabalhos.

0.14. Sempre que um colaborador for admitido, a CONTRATADA deverá fornecer cópia do respectivo termo de sigilo por aquele firmado, quando do início dos trabalhos.

0.15. A CONTRATADA deverá seguir a Política de Segurança da Informação definida pelo CONTRATANTE.

0.16. O não cumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo implicará em responsabilização administrativa, civil e criminal, de acordo com a legislação vigente.

Em, _____ de _____ 2025.

0.17. _____

Tribunal de Contas do Estado de Rondônia

XXXXXXXX

Presidente

CONTRATANTE

Empresa

Representante Legal

Cargo

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ HENRIQUE DE LIMA SIQUEIRA, Analista**, em 28/10/2025, às 15:21, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tcerro.tc.br/validar>, informando o código verificador **0949781** e o código CRC **56332C10**.

Referência: Processo nº 005104/2025

SEI nº 0949781

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-327 - Telefone:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

ARTEFATOS DE TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO E - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

1. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E REQUISITOS TEMPORAIS

1.1. O cronograma de entrega, instalação, configuração e aceite da solução seguirão os eventos do quadro a seguir contados a partir da emissão da ordem de serviço para a contratada.

| EVENTO | DESCRIÇÃO | RESPONSABILIDADE | PRAZO MÁXIMO EM DIAS ÚTEIS |
|----------------------------|---|--------------------------|----------------------------|
| 1) INÍCIO | Realização da reunião de início do projeto; Levantamento dos pré-requisitos dos serviços a serem executados; Apresentação dos profissionais responsáveis da contratada e contratante. | Contratada e Contratante | 15 |
| 2) EXECUÇÃO | Realização dos serviços de instalação, configuração e testes da solução (itens 1 e 2), incluindo aplicação em Produção com os novos recursos ODF e Quay. | Contratada | 45 |
| 3) HOMOLOGAÇÃO | Verificação se a solução está funcionando conforme planejado e se todos os requisitos foram atendidos. | Contratante | 5 |
| 4) REPASSE DE CONHECIMENTO | Realização de repasse técnico para a equipe do TCE-RO de toda solução implantada e a gestão da mesma. | Contratada | 5 |
| 5) ACEITE DEFINITIVO | Após a implantação e homologação da solução e repasse de conhecimento, ativação das licenças, verificação do contrato de suporte e entrega da documentação final do projeto. | Contratante | 15 |



Documento assinado eletronicamente por **MARCO AURELIO HEY DE LIMA, Chefe**, em 28/10/2025, às 21:53, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ HENRIQUE DE LIMA SIQUEIRA, Analista**, em 28/10/2025, às 21:53, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tce.ro.br/validar>, informando o código verificador **0949787** e o código CRC **4505B3EC**.

ARTEFATO DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO F - GLOSSÁRIO DE TERMOS ESPECÍFICOS DE TIC

1. GLOSSÁRIO DE TERMOS ESPECÍFICOS DE TIC

1.1. Para fins de compreensão uniforme dos documentos técnicos da contratação do Item 86 do PAC 2026 - Renovação de licenças da solução de gerenciamento de microserviços (OpenShift), em atendimento ao art. 42, XXVIII, do Decreto Estadual n. 28.874/2024, adotam-se as seguintes definições de termos técnicos:

1.1.1. **OpenShift**: plataforma de orquestração de contêineres baseada em kubernetes, mantida pela Red Hat;

1.1.2. **Kubernetes (K8s)**: sistema open source para automação de deploy, escalabilidade e operação de aplicações em contêineres;

1.1.3. **Cluster**: Conjunto de nós (nodes) que executam aplicações em contêineres de forma distribuída;

1.1.4. **Container**: Unidade leve e portátil que empacota aplicação e suas dependências;

1.1.5. **Docker Swarm**: Solução de orquestração de contêineres anteriormente utilizada, com limitações em termos de escalabilidade, resiliência e recursos avançados de gerenciamento em ambientes corporativos;

1.1.6. **ODF (OpenShift Data Foundation)**: Solução de armazenamento persistente distribuído para ambientes OpenShift;

1.1.7. **Quay**: Repositório corporativo de imagens de contêineres com controle de segurança e versionamento;

1.1.8. **ACM (Advanced Cluster Management)**: Ferramenta para gestão centralizada de múltiplos clusters;

1.1.9. **ACS (Advanced Cluster Security)**: Solução de segurança para proteção de workloads e containers;

1.1.10. **TAM (Technical Account Manager)**: Especialista técnico da Red Hat responsável pelo acompanhamento proativo do ambiente;

1.1.11. **SLA (Service Level Agreement)**: Acordo de nível de serviço;

1.1.12. **Severidade (Sev1 a Sev4)**: Classificação de criticidade dos incidentes;

1.1.13. **CI/CD**: Integração contínua e entrega contínua de software;

1.1.14. **Subscrição**: Modelo de licenciamento baseado em direito de uso com suporte e atualizações inclusos;

1.1.15. **Microserviços**: Arquitetura de software baseada na decomposição de sistemas em serviços independentes, interoperáveis e escaláveis, favorecendo a flexibilidade e a evolução contínua das aplicações;

1.1.16. **PaaS (Plataforma como Serviço)**: Modelo de computação em nuvem que disponibiliza ambiente completo para desenvolvimento, execução e gerenciamento de aplicações, reduzindo a complexidade da infraestrutura;

1.1.17. **vCPU (Unidade Central de Processamento Virtual)**: medida que representa a capacidade de processamento em ambientes virtualizados, utilizada para dimensionamento de recursos computacionais.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO JOSÉ DA SILVA GONZAGA, Chefe de Divisão**, em 23/04/2026, às 08:46, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tcero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1036246** e o código CRC **D983F0F3**.

ANEXO A DO ETP - MAPA DE RISCOS

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de solução profissional de gerenciamento de microserviços - Red Hat OpenShift, para atendimento de demandas do TCE/RO.

1. LEGENDA DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

1.1. A etapa de análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamentos dos riscos relacionados à contratação. Os riscos analisados podem ser categorizados como riscos que possam comprometer o sucesso dos processos de contratação e os riscos da gestão contratual. A análise dos riscos referente à pretensa contratação é apresentada a seguir:

| LEGENDA NÍVEL DE RISCO | | PROBABILIDADE | | | | |
|--|------------------|------------------|------------|------------|-----------|-----------------|
| Baixo | | 1 MUITO BAIXA | 2 BAIXA | 3 MÉDIA | 4 ALTA | 5 MUITO ALTA |
| Médio | | | | | | |
| Alto | | | | | | |
| Extremo | | | | | | |
| IMPACTO | 5 MUITO ALTO | | | | | |
| | 4 ALTO | | | | | |
| | 3 MÉDIO | | | | | |
| | 2 BAIXO | | | | | |
| | 1 MUITO BAIXO | | | | | |
| Matriz de cálculo de risco, sendo extremo: >15 a 20; alto: >8 a 12; médio: 3 a 6; baixo >1 a 2 | | | | | | |

2. RISCOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

| Nº | RISCO | RESPONSÁVEL | CAUSAS | CONSEQUÊNCIAS | PROBABILIDADE | IMPACTO | PONTUAÇÃO FINAL | AÇÕES DE MITIGAÇÃO |
|----|--|---------------|--|---|---------------|----------------|------------------|--|
| 1 | Falha na caracterização do objeto | Administração | Levantamento incompleto de requisitos e falta de alinhamento com o negócio | Não atendimento das necessidades; rescisão contratual; descontinuidade dos serviços | Baixa (2) | Alto (4) | Alto (8) | Definir requisitos técnicos claros; revisar e detalhar artefatos; corrigir documentos de escopo. |
| 2 | Restrição à competitividade | Administração | Exigência de requisitos excessivos ou muito específicos | Elevação de preço; suspensão do certame; direcionamento indevido do objeto | Baixa (2) | Alto (4) | Alto (8) | Limitar requisitos ao essencial; suprimir critérios restritivos; validar apenas o necessário. |
| 3 | Falha na pesquisa de preços | Administração | Ampla dependência de poucas cotações; uso de dados defasados | Propostas inexequíveis; preços acima do mercado; impossibilidade de contratação | Média (3) | Alto (4) | Alto (12) | Ampliar número de orçamentos; seguir procedimentos normativos; considerar dúvidas de concorrentes; refazer pesquisa se distorções. |
| 4 | Custo do objeto superior ao estimado | Administração | Estimativas orçamentárias defasadas; variações de mercado não consideradas | Comprometimento da economicidade; não adjudicação do objeto | Baixa (2) | Alto (4) | Alto (8) | Revisar e atualizar estimativas de custo; negociar condições; readequar escopo ou suspender certame. |
| 5 | Atraso no processo de contratação da solução | Administração | Revisões tardias; descumprimento de cronograma | Descontinuidade dos serviços de TI; impacto na operação | Baixa (2) | Muito Alto (5) | Alto (10) | Cumprir prazos; designar equipe dedicada; monitorar marcos críticos; prever renovação provisória de suporte. |

3. RISCOS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO

| Nº | RISCO | RESPONSÁVEL | CAUSAS | CONSEQUÊNCIAS | PROBABILIDADE | IMPACTO | PONTUAÇÃO FINAL | AÇÕES DE MITIGAÇÃO |
|----|---|---------------|---|---|---------------|----------------|-----------------|---|
| 1 | Solução não atende aos SLAs pactuados | Administração | Critérios de aceitação mal definidos; testes insuficientes | Performance abaixo do esperado; aplicação de penalidades; insatisfação dos usuários | Média (3) | Muito Alto (5) | Extremo (15) | Detalhar SLAs no contrato; realizar provas de conceito; monitorar performance em piloto; prever penalidades; intervir imediatamente em desvios. |
| 2 | Falha na migração de dados | Contratada | Plano de migração incompleto; ferramentas inadequadas; backups não testados | Perda ou corrupção de dados; interrupção de serviços; retrabalho dispendioso | Média (3) | Alto (4) | Alto (12) | Elaborar plano de migração detalhado; executar testes-piloto; manter backups integrais; programar janelas de baixa atividade. |
| 3 | Violação de LGPD ou vazamento de dados | Contratada | Controles de acesso deficientes; ausência de criptografia | Multas; danos à reputação; sanções administrativas; ações judiciais | Baixa (2) | Muito Alto (5) | Alto (10) | Controlar acessos; auditar logs; firmar termos de sigilo. |
| 5 | Descontinuidade de versão ou suporte do OpenShift | Contratada | Evolução tecnológica e ciclo de vida curto das versões da Red Hat | Interrupção de suporte, vulnerabilidades de segurança, incompatibilidades técnicas | Baixa (2) | Muito Alto (5) | Alto (10) | Contratar a versão Plus Premium, com suporte estendido e atualizações contínuas; manter contrato de suporte ativo; monitorar cronograma de EoL (End of Life) do fornecedor. |

Porto Velho, datado e assinado eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ HENRIQUE DE LIMA SIQUEIRA, Analista**, em 06/10/2025, às 21:31, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCO AURELIO HEY DE LIMA, Chefe**, em 06/10/2025, às 21:32, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tce.ro.tc.br/validar>, informando o código verificador **0940076** e o código CRC **5C25E3BB**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026/TCE-RO
ANEXO II – ORIENTAÇÕES E MODELO DE PROPOSTA

ORIENTAÇÕES

- A proposta deve ser anexada ao sistema, quando convocados pelo Pregoeiro, após a fase de lances e negociação de preços
- O Pregoeiro(a) poderá efetuar consulta *on line*, para fins de habilitação, a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.
- Outras incorreções, desde que não impliquem em alteração da substância da proposta, poderão ser corrigidas quando da solicitação do Pregoeiro para reenvio.

MODELO DE PROPOSTA

| DADOS DO PROPONENTE | | | |
|---------------------|--|---------------|--|
| Razão Social: | | | |
| CPF/CNPJ: | | Telefone/Fax: | |
| Endereço: | | Cidade/UF: | |
| Complemento: | | CEP: | |
| E-mail: | | | |

| DADOS DO REPRESENTANTE | | | |
|------------------------|--|----------------|--|
| Nome: | | | |
| CPF: | | Telefone/Fax: | |
| RG: | | Expedido por: | |
| Naturalidade: | | Nacionalidade: | |
| Cargo/Função: | | | |
| Endereço: | | Cidade/UF: | |
| Complemento: | | CEP: | |
| E-mail: | | | |

| DADOS BANCÁRIOS | | | | | |
|-----------------|--|------|--|-------|--|
| Instituição: | | AG.: | | C.C.: | |

MODELO DE PROPOSTA VIRTUAL

| PROPOSTA VIRTUAL | | | | |
|---|--|---------|------------|-------------------|
| SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE MICROSERVIÇOS | | | | |
| Item | Descrição | Unidade | Quantidade | Valor Total (R\$) |
| 1 | SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE MICROSERVIÇOS COMPOSTA POR: <ul style="list-style-type: none"> <i>Red Hat OpenShift Platform Plus, Premium (2 Cores or 4 vCPU) - MW01621 – suporte e atualização por 12 meses.</i> <i>Serviços técnicos especializados em plataforma Red Hat - GPS-C, por hora da fabricante OU contratada</i> <i>Technical Account Manager especializado em Red Hat da contratada, Sessões Remotas Quinzenais pelo período de 12 meses</i> <i>Especificações e condições detalhadas no Termo de Referência e demais anexos.</i> | Unidade | 1 | |
| VALOR TOTAL | | | | |

AS LICITANTES DEVERÃO DECOMPOR OS CUSTOS DA PROPOSTA NOS MOLDES DO MODELO DE PROPOSTA DEFINITIVA

| PROPOSTA DEFINITIVA | | | | | |
|---|--|---------|------------|----------------------|-------------------|
| SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE MICROSERVIÇOS (GRUPO ÚNICO) | | | | | |
| Item | Descrição | Unidade | Quantidade | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
| 1 | <i>Red Hat OpenShift Platform Plus, Premium (2 Cores or 4 vCPU) - MW01621 – suporte e atualização por 12 meses.</i> | Unidade | 19 | | |
| 2 | <i>Serviços técnicos especializados em plataforma Red Hat - GPS-C, por hora da fabricante OU contratada</i> | Horas | 300 | | |
| 3 | <i>Technical Account Manager especializado em Red Hat da contratada, Sessões Remotas Quinzenais pelo período de 12 meses</i> | TAM | 01 | | |
| VALOR TOTAL | | | | | |

Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N. 90004/2026/TCE-RO e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para execução do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Declaro ainda que o e-mail informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todos os tipos de comunicação oficial, inclusive notificações, comprometendo-me sempre a mantê-lo atualizado junto a essa Corte de Contas.

_____ - ____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura e nome legível do proponente



Documento assinado eletronicamente por **Gleudson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 07/05/2026, às 09:53, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **1046076** e o código CRC **C8029E78**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026/TCE-RO

ANEXO III – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social.
- 1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 1.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa e procuração, se for o caso.
- 1.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 2.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 2.3. Regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social – INSS), dentro da validade.
- 2.4. Regularidade perante a Fazenda estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 2.5. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade.
- 2.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizada.
- 2.7. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial - [Lei n. 11.101/2005](#), expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias caso não conste prazo de validade.
 - I - Será admitida a participação de empresa em recuperação judicial já deferida, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 14.133/2021.
- 3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais, comprovando:
- 3.3. Apresentação de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do item para o qual a licitante apresentar proposta.
 - I - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
 - II - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
 - III - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED;
 - IV - As fórmulas supramencionadas deverão estar aplicadas em memorial de cálculo, juntado ao balanço patrimonial, devidamente assinado por contador habilitado.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de soluções similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, impresso em papel timbrado, com os dados do responsável pela informação atestada, comprovando que a licitante forneceu, instalou, configurou e prestou suporte técnico de características semelhantes aos especificados neste edital.

4.2. Não serão aceitas declarações genéricas de catálogos, manuais ou internet.

4.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) fornecimento de licenças da "solução profissional de gerenciamento de microsserviços - *Red Hat OpenShift*, correspondente a 50% do valor estimado do item 1.

4.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

4.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

4.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

4.7. Deverá ser apresentado pelas licitantes ao menos 1 (um) profissional com certificação técnica oficial do fabricante, compatível com o(s) objeto(s) deste processo, que acompanhará e se responsabilizará pela instalação dos equipamentos. Esse profissional deverá estar presente durante a fase de instalação, sendo capaz de prestar suporte técnico imediato e, se necessário, escalar chamados ao fabricante, a fim de assegurar a correta implementação e o pleno funcionamento da(s) solução(ões) contratada(s).

4.8. A licitante deve comprovar que o profissional indicado irá efetivamente executar o objeto através de algum dos procedimentos abaixo relacionados:

a) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

b) Sócio: Contrato Social devidamente registrado em órgão competente;

c) Diretor: cópia de Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia de ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

d) Contrato em regime de prestação de serviços, vigente na data de licitação;

e) Declaração através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

5. DECLARAÇÕES LEGAIS

5.1. Declaração de inexistência de impedimento à contratação com o poder público;

5.2. Declaração de beneficiário da lei complementar 123/2006 (se for o caso);

5.3. Declaração de conhecimento e concordância dos termos do edital (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso I);

5.4. Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos (Lei nº 14.133/21, art. 63, § 1º);

5.5. Declaração de reserva de cargos (Lei nº 14.133/21, art. 63, inciso IV c/c art. 92, XVII);

5.6. Declaração de não emprego de trabalho desumano ou degradante (CF 88, art. 1º, III e IV c/c art. 5º, III);

5.7. Declaração de inexistência de fato superveniente para contratação;

5.8. Declaração padronizada de inexistência de vínculo com o TCE/RO.



Documento assinado eletronicamente por **Gleidson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 18/03/2026, às 13:19, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tcero.tc.br/validar>, informando o código verificador **0998152** e o código CRC **16891BEC**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026/TCE-RO

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA PADRÃO DE CONTRATO – COMPRAS E SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA

CONTRATO N. XX/20XX/TCE-RO

Termo de Contrato que entre si celebram o Estado de Rondônia, através do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e a pessoa jurídica/física (...), abaixo qualificados, tendo em vista o que consta no Processo SEI n. 005104/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de licenças da "solução profissional de gerenciamento de microsserviços - Red Hat OpenShift"

VALOR: R\$

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogáveis na forma do art. 114 da Lei 14.133/21

ORIGEM: Pregão Eletrônico n. 90004/2026/TCE-RO

CONTRATANTE: ESTADO DE RONDÔNIA, através do TRIBUNAL DE CONTAS inscrito no CNPJ sob o n. 04.801.221/0001-10, com sede na Av. Presidente Dutra, n. 4.229, nesta cidade de Porto Velho/RO, neste ato representado pelo (a) Secretário (a) - Geral de Administração, o (a) senhor FELIPE ALEXANDRE SOUZA DA SILVA, de acordo com delegação de competência prevista na Portaria n. 11, de 02 de setembro de 2022, publicada no DOE TCE-RO n. 2.670, ano XII, de 06.09.2022.

CONTRATADO:, inscrito (a) no CNPJ sob o n., sediado (a) na, neste ato representado (a) por (Nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART.92, I, II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para o fornecimento de licenças da "solução profissional de gerenciamento de microsserviços - Red Hat OpenShift", conforme as quantidades, especificações, obrigações e demais condições expressas no Termo de Referência, visando atender as necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia:

| SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE MICROSSERVIÇOS | | | |
|--|---|-----------------|------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE/SERVIÇO | QUANTIDADE |
| 1 | Red Hat OpenShift Platform Plus, Premium (2 Cores or 4 vCPU) - MW01621 – suporte e atualização por 12 meses | Unidade | 19 |
| 2 | Serviços técnicos especializados em plataforma Red Hat - GPS-C, por hora da fabricante OU contratada | Horas | 300 |
| 3 | Technical Account Manager especializado em Red Hat da contratada, Sessões Remotas Quinzenais pelo período de 12 meses | TAM | 01 |

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

Contratações de serviços contínuos

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogáveis na forma do art. 114 da Lei 14.133/21
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

- 6.1. O prazo para pagamento inicia-se da habilitação para recebimento, feita pelo CONTRATADO, com a entrega da nota fiscal ou nota fiscal-fatura na sede do CONTRATANTE, acompanhada de toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.
- 6.2. Aplica-se ao pagamento a Resolução Específica relativa à Ordem Cronológica de Pagamentos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
- 6.3. No caso de contratações diretas por dispensa de licitação fundadas nos incisos I ou II do art 75 da Lei 14.133/21 (dispensa de pequeno valor) o pagamento poderá ser realizado por meio de cartão de pagamento, com a divulgação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 6.4. Nos casos de existência de qualquer débito perante o CONTRATANTE, este poderá sustar o pagamento ou descontá-lo em qualquer fatura, no todo ou em parte, para a retenção cautelar de valores devidos a título de multa por atrasos injustificados na execução contratual, sem prejuízo da aplicação da Resolução Específica referente à apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas cometidas por licitantes ou fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia durante os processos de aquisição de bens e contratação de serviços e obras.
- 6.5. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data referenciada no subitem 6.1. e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada automaticamente, com a aplicação da seguinte fórmula:

| EM = I x N x VP | |
|--|----------------------------|
| Onde: | |
| EM = Encargos moratórios | |
| N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento | VP = valor da parcela paga |
| I = Índice de compensação financeira = 0,000328767 | |
| Assim apurado: I = (TX)/365; I = {(12/100)/365} I = 0,000328767 TX = | |
| Percentual da taxa anual | |
| = 12% | |

- 6.6. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.
- 6.7. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (ART. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído com planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

7.2.2. Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.

7.7. Os reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão temporal com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo como contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência e na Resolução Específica relativa à Ordem Cronológica de Pagamentos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que, no prazo fixado pelo fiscal e/ou responsável pela gestão do contrato, seja efetuada a substituição, reparo ou correção, do total ou da parte fornecida/executada, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;

8.1.5. Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues, pelo fiscal ou pela Comissão de Recebimento designada;

8.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas neste Contrato, Lein. 14.133/2021, LINDB e demais legislações correlatas;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.13. A Administração permitirá o livre acesso dos funcionários do CONTRATADO aos documentos e locais relacionados à execução do objeto, observadas as normas de segurança pertinentes;

8.1.14. A Administração proporcionará todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais; e

8.1.15. A Administração assegurará que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.1.1. Emitir a nota fiscal observando o disposto no Termo de Referência;
- 9.1.2. Manter número telefônico e endereço de e-mail atualizados para efetivação dos pedidos durante a vigência contratual;
- 9.1.3. Entregar somente produtos novos, de primeira qualidade e que atendam às normas do Código de Defesa do Consumidor;
- 9.1.4. Efetuar a substituição dos produtos fornecidos, às suas expensas, caso seja detectada perda de qualidade;
- 9.1.5. Providenciar às suas custas a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos, no que couber;
- 9.1.6. Retirar no local do fornecimento, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento da comunicação por escrito, os produtos que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações do termo de referência ou projeto básico;
- 9.1.7. Os produtos deverão estar acompanhados de ficha técnica para conferência das características adequadas;
- 9.1.8. Respeitar os prazos previstos em edital, termo de referência ou projeto básico, conforme o caso;
- 9.1.9. Manter, durante toda vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.10. Prestar garantia dos produtos, conforme previsto no Termo de Referência;
- 9.1.11. Fornecer os produtos nas condições, no preço e no prazo estipulados na proposta.
- 9.2. Impossibilitada de cumprir o (s) prazo (s) de entrega, solicitar pedido de prorrogação de prazo, o qual deverá estar instruído com, no mínimo, as informações a seguir: identificação do objeto, número do Pregão, número da Nota de Empenho e da ata de registro de preços; justificativa plausível quanto à necessidade da prorrogação; documentação comprobatória; e indicação do novo prazo a ser cumprido.
- 9.3. O(s) pedido(s) de prorrogação de prazo, em conformidade com o disposto nos itens anteriores, será(ão) apreciado(s) com base na justificativa apresentada, na documentação acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério da Administração o seu deferimento;
- 9.4. Caso a Administração conceda a prorrogação do prazo, nova data-limite será estabelecida, em conformidade com o deferido;
- 9.5. Caso a Administração não conceda a prorrogação do prazo, a vencedora da licitação estará sujeita às sanções administrativas pertinentes;
- 9.6. Serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega;
- 9.7. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, DIVICT, SELIC ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.11. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.16. O não cumprimento do disposto nos itens anteriores deste item faculta ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a adoção de medidas objetivando possível extinção contratual, incorrendo à contratada, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII)

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

11.1. À contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas na Lei n. 14.133/2021 e nos termos da Resolução n. 382/2023/TCE-RO e demais normas cogentes, sem prejuízo das multas e demais ocorrências previstas no termo de referência, termo de contrato e/ou ordem de fornecimento/serviço. Dentre as penalidades, tem-se:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória;

- c) Multa contratual;
- d) Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, com o descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pelo prazo de 3 (três) anos; e
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.2. As licitantes e contratadas serão responsabilizadas pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3. Na aplicação das sanções serão consideradas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

11.4. O percentual da multa moratória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem excederá 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato. O seu valor será calculado em percentual sobre o valor da parcela em mora, e incidirá por dia de atraso, sob limites proporcionais ao prazo fixado para cumprimento da obrigação no instrumento convocatório ou contratual, de acordo com as gradações descritas na tabela a seguir:

| Prazo de cumprimento da obrigação | Percentual máximo de multa diária | Valor máximo de multa diária |
|-----------------------------------|-----------------------------------|------------------------------|
| Até 10 dias | 1% | R\$ 1.000,00 |
| entre 11 e 30 dias | 0,82% | |
| entre 31 e 45 dias | 0,71% | |
| entre 46 e 60 dias | 0,65% | |
| a partir de 61 dias | 0,50% | |

Tabela 01: Limites para aplicação de multa moratória

11.5. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VII)

13.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta dos recursos consignados ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, pela Lei Orçamentária Anual do Estado de Rondônia, conforme dotação abaixo discriminada:

| | |
|-----------------------|--|
| Gestão/Unidade: | |
| Fonte de Recursos: | |
| Programa de Trabalho: | |
| Elemento de Despesa: | |
| Plano Interno: | |
| Nota de Empenho: | |

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 125 da Lei n.º 14.133/2021.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

17.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, quando do tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º e/ou 11 da Lei Federal n.º 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e dos serviços contratados ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;

c) em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, este será realizado mediante prévia aprovação do TCE-RO. Os dados tratados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

d) em caso de necessidade de utilização de sistemas para acesso à dados pessoais, tais sistemas seguem um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

e) as medidas técnicas e administrativas de segurança aplicadas são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger;

f) os dados pessoais obtidos em razão desse contrato devem ser armazenados em banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função (role-based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

g) na execução deste contrato, a CONTRATADA zelar pelo cumprimento das medidas de segurança para o tratamento de dados pessoais e oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao TCE-RO, não compartilhando com terceiros, dados pessoais que lhe sejam remetidos;

h) os dados pessoais obtidos em razão desse contrato serão tratados apenas em nome do TCE-RO e em conformidade com as suas instruções, as cláusulas do contrato e as legislações específicas.

17.2. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, das obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política Corporativa de Segurança da Informação e da Política de Privacidade do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, cujos princípios deverão ser observados na execução deste contrato.

17.3. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados do TCE-RO que contenham, ou possam conter dados pessoais, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final e, em hipótese alguma, a utilização das bases de forma diversa do objeto do presente contrato.

17.4. A CONTRATADA cooperará com o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal n. 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

17.5. A CONTRATADA deverá informar imediatamente ao Encarregado de Dados do TCE-RO, através do canal de Ouvidoria desta Corte, quando receber requisição de titular de dados pessoais, a quem caberá responder a solicitação do requisitante, uma vez que na condição de OPERADOR a CONTRATADA deve se abster de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas do TCE-RO ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

17.6. A CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado de Dados do TCE-RO, através do canal de Ouvidoria desta Corte, mediante o preenchimento de formulário específico da LGPD disponível no sítio eletrônico do TCE, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.7. A CONTRATADA notificará imediatamente ao Encarregado de Dados do TCE-RO sobre: a) qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, salvo quando houver lei penal determinando a preservação da confidencialidade de investigação policial; b) qualquer acesso acidental ou não autorizado.

17.8. A CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), a critério do Encarregado de Dados do TCE-RO e conforme a sensibilidade dos dados tratados e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato.

17.9. Encerrada a vigência do contrato, ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta dias), eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), utilizando-se de técnicas de eliminação segura de dados, salvo quando exista obrigação legal para sua manutenção, ou para cumprimento de alguma outra hipótese prevista na Lei Federal nº 13.709/2018.

17.10. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

17.11. As partes declaram conhecimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e comprometem-se em preservar confidenciais as informações e proteger os dados pessoais e sensíveis disponíveis nas ferramentas utilizadas e armazenadas nos sistemas no âmbito TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

18.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 14.133/20211, Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Federal n. 12.846/13 e as Resoluções n. 382/2023/TCE-RO e 383/2023/TCE-RO e todas as suas atualizações ou quaisquer outras que venham a substituí-las, bem como pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (ART. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

(assinado eletronicamente)
FELIPE ALEXANDRE SOUZA DA SILVA
Secretário-Geral de Administração
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia

Representante legal do CONTRATADO

O presente termo de Contrato foi elaborado e vistado de forma eletrônica, na forma da competência do art. 23, I da Lei Complementar Estadual nº 620 de 20 de junho de 2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento, considerado atendidas as recomendações das manifestações da PGE constantes dos autos, não importando, para qualquer fim, em ato administrativo de gestão.

(assinado eletronicamente)
Procurador(a) do Estado



Documento assinado eletronicamente por **Gleidson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 18/03/2026, às 13:19, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tce.ro.br/validar>, informando o código verificador **0998154** e o código CRC **453B3ACA**.

Referência: Processo nº 005104/2025

SEI nº 0998154

Av Presidente Dutra, 4229 - Bairro Olaria - @cidade_unidade@/RO - CEP 76801-327 - Telefone: 6932119135

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026/TCE-RO
ANEXO V – PLANILHA DE RESUMO DE PREÇOS

Constitui o Anexo V do presente edital a Planilha de resumo de preços, elaborada pela Divisão de Licitações e Contratações - DLC, conforme Instrução de Cotação n. 067/2025/DLC/SELIC (1011302).



Documento assinado eletronicamente por **Gleidson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 18/03/2026, às 13:20, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **0998155** e o código CRC **73185645**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026/TCE-RO

ANEXO VI – DECLARAÇÃO PADRONIZADA DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM O TCE/RO

A empresa (INSERIR NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº [INSERIR Nº DO CNPJ], com sede em [INSERIR ENDEREÇO DA EMPRESA], neste ato representada por (INSERIR REPRESENTANTE LEGAL), doravante denominado Proponente, para fins de participação na Licitação nº (INSERIR Nº DA LICITAÇÃO) ou Contratação Direta nº (INSERIR Nº DA CONTRATAÇÃO DIRETA), promovida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, DECLARA, para os devidos fins, que:

a) não possui, em seu quadro funcional ou em sua composição societária, agente público pertencente à entidade contratante, bem como não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, nem com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, tampouco com seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

b) compromete-se, em caso de êxito na presente contratação, a não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme dispõe o art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

Declara, ainda, que a presente declaração é prestada de boa-fé e de forma voluntária, assumindo a Proponente inteira responsabilidade pela veracidade das informações nela contidas.

_____, ____ de _____ de 202X.

Assinatura e nome legível do proponente



Documento assinado eletronicamente por **Gleudson Santos Oliveira, Assessor(a) I**, em 18/03/2026, às 13:20, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **0998157** e o código CRC **6B33289D**.

Processo nº 005104/2025

1. **INFORMAÇÕES GERAIS**

| | |
|---|--|
| DESCRIÇÃO RESUMIDA DA DEMANDA | Contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de solução profissional de gerenciamento de microsserviços - Red Hat OpenShift. |
| SETOR DEMANDANTE | SETIC/ COINFRA/ DIARC |
| EQUIPE DE PLANEJAMENTO | Luiz Henrique de Lima Siqueira, 560001 Nubiana de Lima Irmão Pedruzzi, 990610 - Coordenadora de Governança de TIC |
| SERVIDOR RESPONSÁVEL | Luiz Henrique de Lima Siqueira |
| TELEFONE/RAMAL DO SERVIDOR RESPONSÁVEL | (69) 3609-6395 |
| EMAIL DO SERVIDOR RESPONSÁVEL | 560001@tce.ro.gov.br |
| GESTOR RESPONSÁVEL | Hugo Viana Oliveira |
| TELEFONE DO GESTOR | (69) 3609-6387 |
| EMAIL DO GESTOR | hugoviana@tce.ro.gov.br |

1.1. As contratações governamentais exercem um impacto significativo na economia, devido ao volume expressivo de recursos envolvidos, que, em grande parte, servem como instrumentos para a implementação de políticas públicas. Dessa forma, um planejamento bem estruturado favorece contratações mais eficientes, uma vez que a realização de estudos prévios permite conhecer novas modelagens e metodologias disponíveis no mercado, resultando em uma alocação mais qualificada dos recursos e em uma gestão pública mais eficaz.

1.2. Nesse sentido, a elaboração dos estudos técnicos preliminares “ETP” constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e servem essencialmente para: assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o termo de referência que somente é elaborado se a contratação for considerada viável e, por conseguinte, encontra-se respaldado no arcabouço técnico legal acerca das contratações de bens e serviços de tecnologia da informação.

1.3. A Lei nº 14.133/2021 determina que a necessidade da contratação deve ser justificada por meio de um estudo técnico preliminar que evidencie o interesse público envolvido. Complementarmente, a Resolução nº 394/2023/TCERO define o ETP como o documento que estrutura a fase inicial do planejamento de uma contratação, detalhando o interesse público e a melhor solução para atendê-lo. Esse estudo fundamenta a elaboração do anteprojeto, do termo de referência ou do projeto básico, caso a viabilidade da contratação seja confirmada.

1.4. Dessa maneira, o presente documento tem como objetivo garantir a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, além de levantar os elementos essenciais para a composição do Termo de Referência ou Projeto Básico.

2. **NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO II DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO I DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCERO)**

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO ATUAL E LIÇÕES APRENDIDAS

2.1. Em 2024, por meio do Processo nº 003160/2023 (ID 003160/2023), o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) implantou a ferramenta **Red Hat OpenShift**, uma solução estratégica, utilizada para o gerenciamento de aplicações em contêineres, visando modernizar sua infraestrutura tecnológica e atender às crescentes demandas por serviços digitais de alta disponibilidade, escalabilidade e segurança. Na ocasião, foi contratada a versão **Premium da solução**, que, embora tenha permitido avanços significativos, apresenta limitações de recursos e funcionalidades para aplicações que exijam armazenamento persistente, essenciais para o crescimento das operações desta Corte, considerando os sistemas robustos que estão entrando em produção, como exemplo destaca-se o sistema BERA, que está sendo desenvolvida para centralizar consultas e cruzamento de um grande volume de dados.

2.2. Com a consolidação do ambiente e o aumento da utilização da plataforma em sistemas críticos, evidenciou-se a necessidade de evolução para a versão **Plus Premium**, que oferece maior capacidade de suporte, desempenho e funcionalidades avançadas, permitindo o gerenciamento eficiente de cargas de trabalho em grande escala. Essa evolução é indispensável para assegurar a continuidade da migração de aplicações ainda alocadas em infraestrutura problemática, além de garantir suporte técnico oficial, atualizações de segurança e novos recursos da plataforma.

- 2.3. Assim, visando a melhoria dos serviços e maior flexibilidade, escalabilidade e padronização da infraestrutura para projetos estratégicos, a atualização para a versão Plus Premium do OpenShift não representa apenas um incremento tecnológico, mas sim um passo essencial para sustentar a transformação digital em curso no TCE-RO. A ampliação dos recursos disponíveis possibilitará maior estabilidade operacional, melhor aproveitamento da infraestrutura existente e suporte adequado à crescente complexidade dos sistemas em desenvolvimento e já em produção. Com isso, a instituição garante condições mais robustas para a inovação, assegurando que suas soluções digitais possam acompanhar a evolução das demandas sociais e institucionais, fortalecendo a atuação do Tribunal em sua missão de promover a fiscalização eficiente e a boa governança pública.
- 2.4. Por fim, registre-se que a execução da contratação atual tem vigência até 30/06/2026.

CONCEITO DA FERRAMENTA

- 2.5. *Red Hat OpenShift* é uma plataforma como serviço, ou seja, uma **Plataforma como Serviço (PaaS)**. Uma *PaaS* serve para as empresas executarem, gerenciarem, testarem suas aplicações e torná-las disponíveis aos seus usuários. A vantagem de uma *PaaS* é a possibilidade de ter um ambiente de desenvolvimento, homologação e produção sem a necessidade de incluir uma carga gigantesca de tarefas ao gerenciamento de TI.
- 2.6. O *Red Hat OpenShift* fornece ambientes de implantação predefinidos para aplicações de todos os tipos, por meio do uso da tecnologia de containers. Isso cria um ambiente em conformidade com os princípios do *DevOps*, como redução no tempo de disponibilização no mercado e entrega contínua, se destaca como uma opção com ótimo custo-benefício, usabilidade simples e uma grande portabilidade e tem ainda, compatibilidade com diversos servidores de aplicação. O *OpenShift* opera no modelo de container, baseado em *Docker* e um mecanismo de orquestração construído sobre o *Kubernetes*. Além de ao longo do uso prover a otimização dos recursos de tecnologia de informação e capacitar a disseminação de cultura *DevOps* já que os mecanismos oferecidos pelas soluções destacadas facilitam a interação entre equipes, eliminando distorções conflitantes que possam causar indisponibilidade de sistemas, baixa qualidade de entrega, tempo de entrega mais rápido e esteira de testes de códigos de aplicações.
- 2.7. Segundo o Gartner, em matéria publicada em junho de 2023:

O *OpenShift Application Platform*, uma oferta da *Red Hat*, é uma solução abrangente para desenvolver, implantar e gerenciar aplicativos containerizados. É uma oxigenação no mundo do gerenciamento de aplicativos, dando aos desenvolvedores mais controle e autonomia, além de simplificar as operações. Do ponto de vista do desenvolvedor, a interface do *OpenShift* é altamente intuitiva. Ele simplifica a criação, implantação e atualizações de aplicativos, que podem ser realizadas com apenas alguns cliques ou comandos. A plataforma oferece suporte a uma infinidade de linguagens, bibliotecas e serviços, oferecendo aos desenvolvedores imensa flexibilidade. Seus recursos integrados de CI/CD e suporte para práticas de *DevOps* o tornam uma ferramenta dos sonhos para qualquer equipe de desenvolvimento. A plataforma destaca-se também pela sua robustez e estabilidade. Ele é construído no *Kubernetes*, o que significa que oferece alta escalabilidade, implementações e reversões automatizadas. Ele também possui registro integrado, monitoramento e gerenciamento automatizado de integridade de aplicações, facilitando o lado operacional das coisas. O *OpenShift* também é seguro. Ele fornece controles de acesso refinados, gerenciamento de segredos integrados e multilocação de plataforma integrada. Além disso, ele está sempre atualizado com os patches de segurança mais recentes devido à abordagem proativa da *Red Hat* em relação à segurança. Em termos de desvantagens, o *OpenShift* pode parecer complexo para iniciantes devido aos seus recursos extensos. No entanto, com exploração e compreensão completas, isso pode se transformar em uma benção. Concluindo, o *OpenShift* é uma plataforma holística e repleta de recursos que atende às equipes de desenvolvimento e operações. Sua versatilidade e potência são louváveis, tornando-o uma escolha valiosa para o gerenciamento de aplicações em contêineres. (https://www.gartner.com/reviews/market/application-platforms-reviews/vendor/red_hat/product/red-hat-openshift/review/view/4805238).

- 2.8. Com recursos integrados de segurança, escalabilidade e automação, o OpenShift oferece um ambiente pronto para uso, combinando suporte empresarial com ferramentas avançadas para atender diferentes demandas de TI. Sua arquitetura permite rodar cargas de trabalho em nuvens públicas, privadas ou híbridas, viabilizando alta disponibilidade e aproveitamento eficiente da infraestrutura existente.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E COMPONENTES

Contêineres e Kubernetes: O Red Hat OpenShift utiliza contêineres para empacotar e isolar os aplicativos com suas dependências, garantindo portabilidade e consistência entre ambientes. O *Kubernetes* é responsável por orquestrar e gerenciar esses contêineres, garantindo a escalabilidade, a alta disponibilidade e o balanceamento de carga.

Automatização de Implantação: Com a automação em mente, o *OpenShift* permite que os desenvolvedores implantem seus aplicativos de maneira rápida e segura. Fluxos de trabalho de CI/CD (integração contínua e entrega contínua) podem ser configurados, o que facilita a implantação automatizada e o versionamento dos aplicativos.

Gerenciamento de Recursos e Escalabilidade: O *OpenShift* oferece recursos avançados para gerenciar a utilização de recursos dos contêineres, como CPU e memória. Com base nas necessidades do aplicativo, o *OpenShift* ajusta automaticamente a escalabilidade horizontal (aumento ou diminuição de réplicas) para garantir o desempenho adequado.

Segurança e Conformidade: A plataforma prioriza a segurança, fornecendo várias camadas de proteção para os aplicativos e dados. Isso inclui autenticação e autorização, isolamento de contêineres, auditoria de atividades e integração com ferramentas de segurança externas.

Integração com Ferramentas de Desenvolvimento e Monitoramento: O *OpenShift* oferece integração com uma variedade de ferramentas de desenvolvimento populares, como Git, Jenkins e IDEs. Além disso, possui recursos robustos de monitoramento e métricas para acompanhar o desempenho dos aplicativos em tempo real.

Nuvem Híbrida e Multicloud: A solução é projetada para funcionar em ambientes de nuvem híbrida e *multicloud*, permitindo que as organizações executem aplicativos em várias nuvens públicas ou privadas, conforme suas necessidades e políticas de governança.

2.9. Nos ambientes públicos, a adoção do *Red Hat OpenShift* contribui diretamente para a modernização de sistemas e para a implementação efetiva de políticas de transformação digital previstas na Lei nº 14.129/2021. Órgãos governamentais podem migrar gradualmente sistemas legados para arquiteturas baseadas em contêineres, reduzindo o tempo de entrega de serviços ao cidadão e melhorando a interoperabilidade entre diferentes plataformas. Adicionalmente, o OpenShift ajuda a atender requisitos de segurança e conformidade, fornecendo controles robustos e rastreabilidade de operações, essenciais para auditoria e prestação de contas.

2.10. Para fins de contratação, a plataforma se destaca pelo suporte especializado 24/7 e pelo modelo de licenciamento que considera o dimensionamento de uso, permitindo planejar investimentos conforme a demanda real. Ao optar pelo Red Hat OpenShift, a Administração Pública investe em uma solução consolidada - conforme pode ser verificado no tópico **POSICIONAMENTO DE MERCADO - Quadrante Mágico da Gartner** -, que reduz riscos operacionais, otimiza recursos e acelera a entrega de novas funcionalidades aos cidadãos, alinhando tecnologia e cumprimento das políticas de governo digital.

JUSTIFICATIVA

2.11. A contratação da versão **Red Hat OpenShift Container Platform Plus Premium** se justifica pela necessidade de assegurar a continuidade da estratégia de modernização tecnológica desta Corte, garantindo que as aplicações críticas e de interesse público estejam suportadas por uma plataforma robusta, segura e escalável.

2.12. Em 2024, com a implantação da versão Premium, foi possível migrar e aprimorar a disponibilidade, desempenho e segurança de aplicações estratégicas como: **Radar Controle, Novo PCE, Portal Cidadão, Ordem Cronológica, Agenda de Contas, PAIC (Programa de Aprimoramento da Política de Alfabetização na Idade Certa) e Radar Cidadão**. O ambiente consolidado já demonstrou ganhos concretos em resiliência operacional, redução de falhas e maior agilidade no provisionamento de serviços digitais.

2.13. Entretanto, ainda permanecem aplicações relevantes em infraestrutura problemática, cuja migração depende de recursos avançados presentes apenas na versão **Plus Premium**, como o **Red Hat Quay (repositório corporativo de imagens)** e o **OpenShift Data Foundation (ODF – armazenamento persistente e distribuído)**. Um exemplo notório é o **ContAi**, solução de Inteligência Artificial do TCE-RO, que exige tais recursos para operar em conformidade com os padrões de desempenho, disponibilidade e segurança estabelecidos.

PROBLEMAS DE INDISPONIBILIDADE E DESEMPENHO EM APLICAÇÕES NÃO MIGRADAS

2.14. As aplicações que ainda se encontram no ambiente *Docker Swarm* (solução open source de orquestração de containers adotada pela SETIC, que se encontra desatualizada e limitada, a qual já foi superada quando se trata de gerenciamento e provisionamento de microsserviços para ambiente de Produção) enfrentam dificuldades recorrentes de indisponibilidade devido à ausência de mecanismos nativos de alta disponibilidade e orquestração resiliente. Muitas vezes, falhas em containers não são automaticamente recuperadas, ocasionando paradas prolongadas até a intervenção manual da equipe técnica. Além disso, a ausência de recursos avançados de balanceamento de carga, gerenciamento de tráfego e escalabilidade automática resulta em degradação perceptível de desempenho em momentos de maior demanda, comprometendo a experiência do usuário e a eficiência dos serviços prestados.

2.15. Um caso crítico é o **Processo de Contas Eletrônico (PCE)**, sistema essencial para o acompanhamento e julgamento de contas públicas. Atualmente, em determinados períodos de pico de acesso, o ambiente apresenta lentidão significativa e quedas ocasionais, atrasando atividades de instrução processual e aumentando o tempo de tramitação de processos. Essa situação impacta diretamente o trabalho diário dos servidores do Tribunal, que ficam impedidos de dar andamento tempestivo às análises, e também prejudica os jurisdicionados e a sociedade, que deixam de ter acesso ágil às informações sobre a execução dos recursos públicos.

2.16. Outro exemplo é o **EGESP**, sistema de gestão de pessoas utilizado para administração da folha de pagamento, benefícios e registros funcionais de servidores. A falta de um ambiente altamente disponível já resultou em interrupções que atrasaram consultas e atualizações funcionais, afetando rotinas administrativas sensíveis e gerando insatisfação entre servidores ativos e inativos. A inexistência de armazenamento distribuído e resiliente aumenta o risco de indisponibilidade em períodos críticos, como fechamento de folha de pagamento, com impacto direto na confiabilidade e eficiência da gestão de pessoas.

2.17. Também merece destaque o sistema **ContAi**, solução de inteligência artificial do TCE-RO. Por se tratar de uma aplicação que processa grandes volumes de dados em tempo real para auxiliar no controle e auditoria de informações públicas, o sistema exige armazenamento persistente e mecanismos avançados de orquestração para manter alto desempenho. No ambiente atual, ocorrem quedas intermitentes e degradação de performance em tarefas mais complexas, prejudicando análises automatizadas e atrasando a disponibilização de informações estratégicas para a tomada de decisão. Essa limitação não apenas compromete a eficiência interna, mas também reduz a capacidade da Corte em oferecer serviços inovadores baseados em inteligência de dados para a sociedade.

2.18. Além disso, a limitação do Swarm em termos de persistência de dados e monitoramento integrado acentua os riscos nessas aplicações de missão crítica. O **PCE**, o **EGESP** e o **ContAi**, por lidarem com dados sensíveis e de alto volume, necessitam de garantias de consistência, replicação e monitoramento em tempo real — características nativas do OpenShift Plus Premium.

2.19. Abaixo listamos as aplicações em microsserviços que atualmente ainda estão na infraestrutura problemática (*Docker Swarm*):

| | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • ContAi; • PCe; • EGESP; • SST; • Portal Tô No Controle; • Portal TCE-RO; • Portal MPC-RO; • Portal LGPD; • Portal ESCon; • Portal Profaz; • SIP - Sistema de Informação de Patrimônio; • SIGAP - Sistema de Gestão de Auditoria Pública do TCE-RO; • Licitanet - Recepção de Dados; • Radar Web; • Radar Unidade Gestora - API; • Radar Remessa SIGAP - API; • Portal GTI; | <ul style="list-style-type: none"> • Portal SGPJ; • Perfil dos servidores; • PC-e Estratégico; • Papyrus; • Octopus TJ - Portal do Cidadão TJ; • Mensageria Worker; • Legislações; • Gestão Fiscal; • Fiscalização; • Eventos ESCon; • Integração DOE/SEI; • Aplic/Contratos Layout; • Contas Públicas; • COMUNIC; • CDN; • Aplic Contratos; • Aplic Contratos TJ; |
|--|---|

Quadro 2: lista de aplicações que permanecem na infraestrutura *Docker Swarm*.

2.20. Note que são 34 aplicações correndo recorrentes riscos de indisponibilidade, cenário desfavorável ao Tribunal de Contas, tanto aos clientes internos como aos externos. Assim, a contratação da versão Plus Premium permitirá:

- **Ampliar a migração** de sistemas ainda legados, listados no item 2.19 deste documento, garantindo maior integração, padronização e governança tecnológica;
- **Assegurar suporte oficial e contínuo da Red Hat**, com atualizações de segurança e mitigação de vulnerabilidades, evitando riscos de indisponibilidade e incidentes de segurança cibernética;
- **Preservar os investimentos já realizados** em infraestrutura e capacitação da equipe técnica, garantindo continuidade e evolução da estratégia tecnológica;
- **Manter o alinhamento ao Planejamento Estratégico 2021-2028**, em especial nos eixos de modernização, eficiência, transparência e segurança da gestão pública;
- **Viabilizar a adoção de novas aplicações digitais**, com recursos nativos de observabilidade, automação, alta disponibilidade e gestão de ciclo de vida de microsserviços, maximizando os ganhos de economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

REQUISITOS LEGAIS DA SOLUÇÃO DE TIC

- 3.1. Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, peça integrante e indissociável de um procedimento licitatório.
- 3.2. Lei nº 14.129/2021 - Lei do Governo Digital.
- 3.3. Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 3.4. A empresa fornecedora da solução deverá observar e respeitar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação do TCE/RO, assim como as suas atualizações.
- 3.5. Observar as diretrizes estabelecidas pela Política Corporativa de Segurança da Informação do TCE/RO e suas políticas complementares sobre o tema.
- 3.6. Durante as sessões técnicas e serviços de instalação a empresa deverá:
- a) Responsabilizar-se integralmente por todo e qualquer dano físico, material ou pessoal causado direta ou indiretamente ao TCE/RO, seus servidores ou outros, por ocasião da realização dos serviços;
 - b) Responsabilizar-se por todos os materiais e ferramentas necessários à execução dos serviços, bem como pelo seu pessoal;
 - c) Contar com equipe de profissionais especializados, devidamente identificados e habilitados para a prestação dos serviços contratados;
 - d) A empresa fornecedora se obriga a manter sob sigilo todas as informações ou dados confidenciais que lhe forem transmitidos ou a que tiver acesso em razão da execução do objeto contratual.

3.7. Os termos de compromisso de manutenção de sigilo e termo de ciência e aceite das condições de manutenção de sigilo, a serem elaborados conforme diretrizes do TCE/RO, deverão ser assinados pelo representante legal da contratada e por todos os empregados diretamente envolvidos na contratação, sempre que a contratada fizer uso de quaisquer ativos da contratante, no fornecimento da solução.

3.8. A empresa deverá estar ciente de que a estrutura computacional da TCE/RO não poderá ser utilizada para fins diversos daqueles do objeto relacionado à prestação do serviço.

REQUISITOS DE GARANTIA E SUPORTE

3.9. O prazo de garantia e suporte do fabricante para os *softwares* e serviços será de, no mínimo, 1 (um) ano ou 12 (doze) meses, no regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana, incluindo feriados e finais de semana), contemplando ainda direito de atualização de versões, releases e patches da solução, sistemas operacionais, ferramentas de gerenciamento e demais itens correlacionados.

3.10. Durante o período da garantia que poderá coincidir com a vigência do contrato, o Tribunal poderá aditar a contratação dentro dos limites legais objetivando *upgrades*.

REQUISITOS DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO

3.11. Os serviços de suporte técnico deverão prever a elaboração e fornecimento de documentos técnicos que indiquem as etapas necessárias para a atualização da solução, em uso no ambiente computacional do Tribunal e os principais riscos conhecidos desta tarefa.

3.12. O Suporte Técnico consiste no acesso aos canais de suporte, em dias úteis (de segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial, das 8h às 18h (horário de Porto Velho/RO), por telefone e/ou e-mail, emitindo, a partir deste, um registro para abertura de chamados técnicos, objetivando a resolução de problemas e dúvidas quanto ao funcionamento da Solução.

3.13. O suporte técnico deverá contemplar as manutenções corretivas e evolutivas da Solução e não poderá acarretar custos adicionais ao Tribunal, além do contratado.

3.14. Entende-se por "manutenção corretiva" uma série de procedimentos destinados a recolocar a Solução em pleno estado de funcionamento, removendo definitivamente os defeitos apresentados.

3.15. Entende-se por "manutenção evolutiva" o fornecimento de novas versões e/ou *releases* corretivas e/ou evolutivas da Solução, lançadas durante sua validade.

3.16. O suporte técnico poderá ser realizado à distância (atendimento remoto), por quaisquer meios seguros de comunicação, incluindo, discagem direta gratuita (DDG) ou com custo para Porto Velho/RO, internet, e-mail e *chat*, em língua portuguesa do Brasil.

3.17. Extraordinariamente, os serviços de suporte técnico serão realizados nas dependências do Tribunal (atendimento "*on-site*").

3.18. Para cada chamado técnico deverá ser informado um número de controle (protocolo) para registro, bem como a manutenção de histórico de ações e atividades realizadas, contendo no mínimo:

- Data e hora de abertura do chamado;
- Responsável pelo chamado na Contratada;
- Responsável pelo chamado no Tribunal;
- Severidade atribuída ao problema;
- Descrição do problema;
- Histórico de atendimento;
- Data e hora do encerramento;
- Responsável pelo encerramento.

3.19. O número de identificação do chamado técnico deverá ser fornecido ao Tribunal no ato de sua abertura.

3.20. Todos os chamados efetuados serão controlados por sistema de informação da Contratada, ao qual o Tribunal terá acesso para efeito de acompanhamento das providências adotadas e do tempo decorrido desde sua abertura.

OUTROS REQUISITOS APLICÁVEIS

3.21. A CONTRATADA deve executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido na Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e pelos normativos internos do TCE-RO.

3.22. A licitante deverá apresentar Declaração indicando o encarregado da credenciada responsável pela proteção de dados pessoais, nos termos do art. 41 da Lei Federal 13.709/18;

3.23. A contratação possui natureza continuada, dada a permanente necessidade de manutenção das aplicações no ambiente de proteção a ser contratado.

3.24. A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, sendo possível sua prorrogação nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

ALTERNATIVAS CONSIDERADAS

4.1. No processo de aquisição anterior, foram avaliadas alternativas de mercado como **Google Kubernetes Engine (GKE)**, **VMware Tanzu**, **Amazon Elastic Kubernetes Service (EKS)**, **Azure Kubernetes Service (AKS)**, bem como soluções de código aberto como o **Kubernetes vanilla** em conjunto com ferramentas complementares (Rancher, Istio, ArgoCD, etc.).

4.2. À época, a solução **Red Hat OpenShift** foi selecionada por atender de forma mais completa os requisitos técnicos, de segurança e de suporte do Tribunal, especialmente no que se refere à padronização corporativa, governança de microsserviços, integração nativa com armazenamento persistente, observabilidade e suporte oficial no mercado brasileiro.

4.3. De toda sorte, é fato que a contratação é necessária para a manutenção da qualidade e disponibilidade das diversas aplicações utilizadas pelos servidores do Tribunal de Contas no exercício diário de suas funções. Não realizar a contratação não se mostra alternativa vantajosa sob nenhuma ótica, uma vez que representaria um retrocesso tecnológico imensurável, afetando a imagem institucional interna e externa.

4.4. Ademais, a simples manutenção das condições da contratação vigente tampouco atenderiam às necessidades atuais, considerando o acréscimo imediato de pelo menos 34 aplicações que ainda rodam no ambiente antigo.

4.5. Diante dessa ampliação, procedeu-se à atualização do levantamento de mercado, reavaliando as principais alternativas tecnológicas disponíveis para ambientes de containers e Kubernetes, com foco na compatibilidade, governança, segurança, custos e viabilidade técnica de migração:

| Solução | Breve Descrição | Vantagens | Desvantagens |
|---------------------------------------|--|--|---|
| Google Kubernetes Engine (GKE) | Plataforma gerenciada de Kubernetes hospedada na Google Cloud, voltada a alta disponibilidade e escalabilidade automática. | Alta integração com serviços Google; maturidade da solução; automação de provisionamento e atualização. | Exigiria migração completa para nuvem pública, contrariando a estratégia híbrida do TCE-RO; riscos de soberania de dados; altos custos recorrentes de operação; dependência tecnológica de único provedor global. |
| VMware Tanzu | Plataforma de aplicações baseada em Kubernetes, integrada ao ecossistema VMware. | Integra-se facilmente com infraestruturas VMware existentes; bom suporte corporativo. | Custo de licenciamento elevado; menor maturidade e comunidade que o OpenShift; ausência de ferramentas nativas de ciclo de vida e segurança de containers, exigindo soluções adicionais; aumento de complexidade operacional. |
| Amazon EKS / Azure AKS | Serviços gerenciados de Kubernetes oferecidos, respectivamente, pela Amazon Web Services e Microsoft Azure. | Operação simplificada em ambientes de nuvem pública; escalabilidade; integração nativa com ecossistemas AWS/Azure. | Desafios semelhantes ao GKE: dependência de nuvem pública; riscos de soberania; custos de conectividade e armazenamento; maior complexidade de operação híbrida; maior esforço para integração de rede, identidade e segurança. |
| Kubernetes Vanilla / Rancher | Soluções open source que permitem a criação e gestão de clusters Kubernetes sem provedor proprietário. | Flexibilidade total de customização; ausência de custos diretos de licenciamento. | Elevada demanda de manutenção interna; necessidade de equipe altamente especializada; ausência de suporte corporativo estruturado; maior risco operacional; responsabilidade integral por atualizações e segurança; comprometimento da confiabilidade em sistemas críticos. |

Quadro 3: análise das alternativas do mercado

CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

4.6. A análise atual confirma que **não houve alteração substancial nos fatores que subsidiaram a escolha original**, mantendo-se as mesmas condições de maturidade e adequação técnica do OpenShift frente às demais opções. Ademais, considerando os **elevados custos, riscos de migração de dados e complexidade operacional** associados às alternativas avaliadas, a **manutenção e ampliação da solução já implantada** mostra-se a opção **mais segura, eficiente e economicamente racional** para o TCE-RO.

BENEFÍCIOS DO RED HAT OPENSIFT

4.7. O *Red Hat OpenShift* é uma solução profissional de gerenciamento de microsserviços amplamente reconhecida por sua eficiência, escalabilidade e segurança robusta. Ao adquirir licenças e treinamentos para o *OpenShift*, o TCE-RO pode se beneficiar de várias maneiras:

a) Desempenho aprimorado: O *OpenShift* é projetado para oferecer um desempenho excepcional, permitindo que as aplicações sejam distribuídas e dimensionadas de forma eficiente. Sua arquitetura avançada e recursos de orquestração de containers garantem que a solução possa lidar com cargas de trabalho crescentes sem comprometer o desempenho, resultando em uma experiência de usuário mais rápida e responsiva.

b) Estabilidade operacional: Com o *OpenShift*, o TCE-RO terá acesso a um ambiente altamente estável para executar seus microsserviços. A solução inclui recursos avançados de monitoramento, recuperação automática e balanceamento de carga, garantindo a continuidade dos serviços mesmo em situações de falhas ou picos de tráfego. Isso reduzirá interrupções inesperadas e melhorará a disponibilidade e confiabilidade dos sistemas.

c) Segurança avançada: A segurança é uma das principais preocupações em ambientes de microsserviços. O *OpenShift* oferece recursos abrangentes de segurança, como autenticação, autorização, criptografia e isolamento de contêineres. Esses recursos ajudarão o TCE-RO a proteger seus dados sensíveis, prevenir ataques cibernéticos e garantir a conformidade com as regulamentações vigentes.

d) Suporte profissional: Ao adquirir licenças do *Red Hat OpenShift*, o TCE-RO terá acesso ao suporte técnico especializado oferecido pela *Red Hat*. Isso significa que a equipe de TI do TCE-RO poderá contar com assistência e orientação direta dos especialistas da *Red Hat OpenShift* para resolver problemas, obter melhores práticas e otimizar o desempenho da solução.

4.8. Contudo, baseado nos problemas enfrentados atualmente pelo TCE-RO em relação à solução de código aberto utilizada para o gerenciamento de microsserviços, a aquisição de licenças e treinamentos do *Red Hat OpenShift* se torna uma escolha altamente justificável. Os benefícios em termos de desempenho aprimorado, estabilidade operacional, segurança avançada e suporte profissional oferecidos pelo *OpenShift* ajudarão a superar as limitações da solução atual, garantindo um ambiente mais eficiente, confiável e seguro para esta Corte realizar suas atividades.

JUSTIFICATIVA PELA MANUTENÇÃO DO OPENSIFT

4.9. Atualmente, como o ambiente já está **implantado, consolidado e em produção** em diversos sistemas críticos, a substituição por outra tecnologia acarretaria:

I - **Alto custo de migração:** seria necessário reescrever pipelines de CI/CD, ajustar Helm charts, migrar persistent volumes, redesenhar integrações de rede e segurança, além de retrabalhar políticas de observabilidade e monitoramento;

II - **Curva de aprendizado elevada:** demandaria requalificação da equipe técnica, com perda de produtividade durante meses de adaptação, impactando diretamente a sustentação de serviços já em operação;

III - **Risco de indisponibilidade:** a transição de sistemas como PCE, eGesp e ContAi, já sensíveis em termos de desempenho, traria riscos reais de paralisação de serviços à população e ao corpo técnico do Tribunal;

IV - **Quebra de compatibilidade:** diversos serviços já utilizam recursos nativos do OpenShift, como Operators, quotas de projetos, segurança em múltiplos namespaces e integração com OpenShift Pipelines (Tekton), o que dificultaria sua migração sem retrabalho substancial;

V - **Perda de economicidade:** a adoção de outra plataforma inviabilizaria o aproveitamento de investimentos já realizados em licenças, infraestrutura e capacitação, contrariando o princípio da economicidade previsto na Lei nº 14.133/2021.

BENEFÍCIOS DA CONTINUIDADE DA FERRAMENTA

Continuidade do ambiente já consolidado, evitando interrupções:

A manutenção do Red Hat OpenShift assegura a preservação integral de um ambiente já estabilizado e plenamente integrado aos sistemas críticos do Tribunal. Essa continuidade evita interrupções no funcionamento de aplicações essenciais, garantindo que serviços de alto impacto ao cidadão e ao corpo técnico permaneçam disponíveis sem risco de paralisações, falhas intermediárias ou perda de dados durante transições tecnológicas complexas.

Garantia de suporte técnico especializado da Red Hat:

Ao permanecer com a plataforma, o Tribunal mantém acesso ao suporte técnico oficial da Red Hat, prestado por especialistas com conhecimento profundo da solução e de casos corporativos semelhantes. Esse suporte abrange desde incidentes operacionais até orientações estratégicas em arquitetura e inovação, proporcionando agilidade na resolução de problemas e reduzindo riscos associados à indisponibilidade dos sistemas.

Atualizações contínuas de segurança, garantindo conformidade regulatória:

O ciclo de manutenção do OpenShift inclui atualizações periódicas de segurança e patches certificados pela Red Hat, alinhados às melhores práticas e às exigências normativas vigentes. Esse processo garante que o ambiente esteja sempre protegido contra vulnerabilidades emergentes, assegurando conformidade com legislações como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e demais normativos de segurança da informação aplicáveis à Administração Pública.

Preservação da estabilidade operacional dos sistemas:

A continuidade da plataforma garante que aplicações críticas mantenham desempenho e confiabilidade, evitando variações provocadas por mudanças de tecnologia ou de infraestrutura. Essa preservação sustenta níveis de serviço estáveis, assegura previsibilidade operacional e possibilita manutenção planejada sem impactos significativos para usuários internos e externos.

Manutenção da capacitação da equipe técnica já treinada na plataforma:

| BENEFÍCIOS DA CONTINUIDADE DA FERRAMENTA |
|---|
| Com a permanência do OpenShift, o conhecimento técnico já adquirido pela equipe é integralmente aproveitado, evitando a necessidade de extensos programas de requalificação e mitigando a curva de aprendizagem típica de novas soluções. Isso mantém a produtividade elevada e permite que os profissionais direcionem esforços para evolução e inovação tecnológica, em vez de perder tempo com processos de adaptação. |
| Sustentação da estratégia de transformação digital do Tribunal: |
| A plataforma é elemento central na implementação da estratégia de transformação digital do Tribunal, pois viabiliza a modernização contínua de aplicações, a integração ágil entre sistemas e a adoção de uma arquitetura escalável e segura. Sua manutenção fortalece projetos em andamento e garante que novas iniciativas tecnológicas se sustentem sobre infraestrutura robusta, minimizando riscos e acelerando a evolução digital da instituição. |

Quadro 4: benefícios da continuidade da ferramenta *Openshift*

POSICIONAMENTO DE MERCADO - Quadrante Mágico da Gartner

4.10. A plataforma **Red Hat OpenShift**, fundamental na estrutura tecnológica do TCE-RO, está consolidada entre os Líderes no mercado de plataformas cloud-native e orquestração de contêineres, segundo o relatório [2025 Gartner Magic Quadrant for Cloud-Native Application Platforms](#).

4.11. O reconhecimento da Gartner é de grande relevância, pois a consultoria é referência mundial na análise independente de tecnologias. Estar no quadrante de Líderes significa que a Red Hat apresenta tanto **alta capacidade de execução** quanto **amplitude de visão**, garantindo confiabilidade técnica, solidez de mercado e contínua inovação.

Figure 1: Magic Quadrant for Cloud-Native Application Platforms



Gartner

Fonte: <https://www.gartner.com/doc/reprints?id=1-2LLD11OH&ct=250801&st=sb>

4.12. Entre os diferenciais que sustentam a posição de liderança do OpenShift, o relatório destaca:

- **Flexibilidade e abrangência funcional**, atendendo desde cargas de trabalho tradicionais até aplicações modernas baseadas em microsserviços;
- **Capacidade comprovada de suportar ambientes híbridos e multicloud**, característica essencial para instituições públicas que combinam infraestrutura própria com serviços em nuvem;
- **Recursos avançados para workloads de Inteligência Artificial (IA) e Machine Learning**, alinhados à tendência de transformação digital e automação baseada em dados;
- **Governança e segurança integradas**, com políticas consistentes de isolamento, controle de acesso e conformidade regulatória;
- **Ecosistema de suporte global e local**, permitindo que organizações críticas, como tribunais de contas, tenham suporte técnico especializado e ágil.

4.13. Comparativamente, outras soluções analisadas pela Gartner, como GKE, EKS, AKS ou Tanzu, também possuem relevância, mas não apresentam o mesmo equilíbrio entre execução prática e completude de visão em ambientes complexos e híbridos como o do TCE-RO. Já plataformas classificadas como “visionárias” ou “nicho” carecem de maturidade operacional e escala para sustentar sistemas críticos de governo.

4.14. Portanto, o posicionamento da Red Hat **no quadrante de Líderes** valida a decisão estratégica desta Corte em manter e evoluir o investimento na plataforma OpenShift, assegurando alinhamento com as melhores práticas internacionais e com fornecedores reconhecidos globalmente por sua robustez tecnológica.

CONCLUSÃO DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.15. A manutenção da plataforma Red Hat OpenShift mostra-se a alternativa mais viável e sustentável para o Tribunal, considerando que o ambiente já se encontra plenamente implantado, consolidado e em operação em diversos sistemas críticos. A substituição por outra tecnologia implicaria elevado custo de migração, exigindo a reescrita de pipelines de CI/CD, ajuste de Helm charts, transferência de persistentes volumes, redesenho de integrações de rede e segurança, bem como o retrabalho de políticas de observabilidade e monitoramento. Somam-se a isso a alta curva de aprendizado decorrente da requalificação da equipe técnica, que resultaria em perda de produtividade durante o período de adaptação, afetando a sustentação de serviços já em funcionamento. O risco de indisponibilidade de sistemas sensíveis como PCE, eGesp e ContAi é real em um cenário de transição, podendo provocar impactos diretos à população e ao corpo técnico desta Corte. Há ainda a quebra de compatibilidade com recursos nativos do OpenShift amplamente utilizados, como Operators, quotas de projetos, segurança em múltiplos namespaces e integração com OpenShift Pipelines (Tekton), dificultando a migração sem retrabalho substancial. Por fim, a mudança acarretaria perda de economicidade, inviabilizando o aproveitamento de investimentos já feitos em licenças, infraestrutura e capacitação, contrariando o princípio previsto na Lei nº 14.133/2021.

4.16. A continuidade do uso da plataforma, especialmente em sua versão Plus Premium, assegura a preservação de um ambiente consolidado e estável, evitando interrupções e garantindo suporte técnico especializado diretamente pela Red Hat. Essa manutenção proporciona acesso a atualizações contínuas de segurança, essenciais para a conformidade regulatória, além de preservar a estabilidade operacional dos sistemas críticos e manter a capacitação da equipe já treinada na tecnologia. Com isso, fortalece-se a infraestrutura existente, maximizam-se os investimentos realizados e sustenta-se a estratégia de transformação digital do Tribunal, permitindo inclusive a migração gradual e segura de sistemas legados para um ambiente moderno, escalável e seguro. A decisão pela continuidade, portanto, não apenas resguarda a operação atual, como prepara a instituição para evolução tecnológica consistente e alinhada às melhores práticas de mercado.

4.17. Diante do exposto, verifica-se que a **única alternativa viável e sustentável** é a **continuidade do uso da plataforma Red Hat OpenShift**, agora em sua versão **Plus Premium**, que assegura o fortalecimento da infraestrutura já consolidada, maximiza os investimentos realizados, garante suporte oficial de mercado e oferece os recursos técnicos necessários para viabilizar a migração dos sistemas ainda legados, garantindo estabilidade, escalabilidade e segurança para os serviços digitais desta Corte.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 5.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de licenças de solução profissional de gerenciamento de microsserviços - Red Hat OpenShift - versão PLUS PREMIUM, pelo prazo inicial de 12 meses.
- 5.2. A vigência inicial poderá ser prorrogada nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.3. Fazem parte da descrição da solução todos os requisitos elencados no tópico 3 do presente Estudo.

6. ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO COMUM

6.1. Em conformidade com o art. 6º, inciso XIII da [Lei n. 14.133/2021](#), os serviços a serem adquiridos se enquadram na classificação como serviços comuns, tendo em vista que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração.

6.2. Em atenção ao art. 20 da Lei Geral de Licitações, os elementos do planejamento da contratação reafirmam que os serviços descritos no presente estudo **não possuem características de bem de luxo**, quais sejam: de caráter puramente estético que extrapola os limites do necessário, identificável pela ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte. Destaca-se que diversas disposições da [Resolução n. 380/2023/TCE-RO](#), que regulamenta o referido dispositivo legal no âmbito do Tribunal de Contas do

Estado de Rondônia, são impossíveis de serem verificadas antecipadamente, demandando que as unidades integrantes da segunda e terceira linha de defesa do controle das contratações (nos termos do art. 169, II e III) aguardem o transcurso natural da instrução processual a fim de certificar a inexistência de controvérsias que exsurjam diante da interação com o mercado, mormente nas pesquisas de preços e impugnações do instrumento convocatório.

6.3. Assim, os bens que a Administração pretende contratar são caracterizados como "bens comuns", conforme determina o art. 1º da Resolução n. 380/2023-TCERO c/c com o art. 20 da Lei 14.133/2021, visto que são facilmente encontrados no mercado e não apresentam variações significativas de qualidade superior às necessárias para cumprir as finalidades às quais se destinam.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

7.1. A estimativa da quantidade baseou-se no atual cenário de aplicações e microserviços que constituem a infraestrutura de TIC do TCE-RO, conforme contextualização a seguir.

7.2. O quantitativo de **19 licenças Red Hat OpenShift Platform Plus, Premium (2 Cores ou 4 vCPU)** foi definido com base na **quantidade de vCPU** utilizadas pelas aplicações que estavam no ambiente swarm e com migração planejada para a infraestrutura hiperconvergente (HCI) que fora instalada no ambiente de produção, ou seja as 19 licenças foram dimensionadas de acordo com a quantidade de CPUS e Cores necessários para receber as aplicações e serviços para os quais buscava-se a estabilidade e escalabilidade almejada com a plataforma Openshift em conjunto com os equipamentos hiperconvergentes de última geração adquiridos pelo TCERO, conforme modelo de negócio definido para a comercialização da ferramenta. Esse dimensionamento técnico foi originalmente calculado a partir da necessidade total de processamento em *cores/vCPUs* do cluster e continua adequado às demandas operacionais atuais e projetadas, garantindo assim a **continuidade da cobertura de suporte, atualização e expansão do ambiente**. A manutenção da mesma quantidade de licenças evita desbalanceamento entre o número de nós gerenciados e os recursos licenciados, assegurando **conformidade técnica e operacional com o modelo de licenciamento Red Hat**.

7.3. O acréscimo de **300 horas de serviços técnicos especializados em plataforma Red Hat (GPS-C)** visa **sustentar e expandir a adoção da versão Premium do OpenShift**, permitindo a implantação de novos recursos e funcionalidades avançadas, bem como o **repasso técnico à equipe da SETIC e suporte direto do parceiro certificado**. Essas horas serão utilizadas para **atividades de migração, configuração, otimização de desempenho, integração de serviços, automação de pipelines CI/CD** e acompanhamento técnico de operações críticas. Trata-se de uma medida que assegura **transição suave entre versões**, mitigando riscos de indisponibilidade ou incompatibilidade entre componentes do ambiente.

7.4. A inclusão de **01 unidade de Technical Account Manager (TAM)** especializado em Red Hat é outro elemento fundamental da contratação. O TAM atuará como **elo técnico permanente entre o TCE-RO e a Red Hat**, oferecendo **suporte proativo, análise de performance, acompanhamento de boas práticas e planejamento estratégico de uso da plataforma**. Esse profissional apoiará a **continuidade dos trabalhos de migração e construção de novas soluções em contêineres**, além de orientar a equipe interna quanto às evoluções da plataforma e à adoção de novos recursos. O TAM também contribuirá diretamente na **redução de tempo de resposta a incidentes críticos**, atuando preventivamente na mitigação de riscos técnicos e de segurança.

7.5. Por fim, as **sessões remotas quinzenais durante 12 meses** representam uma ação complementar ao suporte técnico e à atuação do TAM. Essas sessões têm por objetivo **avaliar continuamente o ambiente, revisar configurações, validar atualizações e apoiar a otimização de recursos**, garantindo a operação estável e segura da solução. O acompanhamento periódico permite a **adoção de práticas de melhoria contínua** e assegura que o ambiente mantenha-se alinhado às melhores práticas recomendadas pela Red Hat e à estratégia tecnológica do Tribunal.

7.6. Dessa forma, o quantitativo de licenças e serviços ora proposto não apenas assegura a **manutenção da estrutura atual** do Red Hat OpenShift no TCE-RO, mas também **fortalece a capacidade técnica e operacional** da instituição para sustentar o crescimento contínuo de suas soluções digitais, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.

SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE MICROSERVIÇOS

| Item | Descrição | Unidade/Serviço | Quantidade |
|------|---|-----------------|------------|
| 1 | Red Hat OpenShift Platform Plus, Premium (2 Cores or 4 vCPU) - MW01621 – suporte e atualização por 12 meses | Unidade | 19 |
| 2 | Serviços técnicos especializados em plataforma Red Hat - GPS-C, por hora da fabricante OU contratada | Horas | 300 |
| 3 | Technical Account Manager especializado em Red Hat da contratada, Sessões Remotas Quinzenais pelo período de 12 meses | TAM | 01 |

Quadro 5: subitens e quantidades

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Até a conclusão deste ETP, foram obtidas quanto propostas comerciais visando atender às necessidades do TCE-RO, cujo os valores são apresentados a seguir:

Solução de gerenciamento de microserviços:

| Proposta | Fornecedor | Valor |
|----------|----------------------------|-----------------|
| 1 | SEPROL (SEI 0918717) | R\$1.247.010,00 |
| 2 | CHAINTECH (SEI 0918720) | R\$1.401.750,00 |
| 3 | SMANAGER (SEI 0918721) | R\$1.436.650,00 |
| 4 | G3 SOLUTIONS (SEI 0918724) | R\$1.335.000,00 |
| Média | | R\$1.355.000,00 |

Quadro 6: cotações de fornecedores

8.2. Assim sendo, considerando o valor médio das propostas encaminhadas pelo fornecedores supracitados para aquisição de **Solução de gerenciamento de microserviços**, o valor estimado da contratação é de **R\$1.355.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil reais)**.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO VIII DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO VII DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)

9.1. Em que pese o quadro de detalhamento do objeto contemple 3 itens, trata-se de solução integrada que não poderá ser parcelada, pois configura sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido, hipótese que se amolda perfeitamente ao comando normativo de afastamento do princípio do parcelamento disposto no art. 40, §3º, inciso II da Lei 14.133/2021.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO II DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO IX DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)

11.1. A presente contratação encontra respaldo institucional, estando prevista no PAC 2026 (item n. 010.142 "Aquisição de licenças de solução de gerenciamento de microserviços".)

11.2. É importante destacar que, o elevado grau de automação dos processos operacionais e administrativos leva as organizações a confiar e depender cada vez mais de sua infraestrutura tecnológica para viabilizar aplicações de missão crítica e implementar rapidamente novas soluções que ampliem a disponibilidade, agilidade, a capacidade de adaptação, otimização, controle de custos e a melhoria dos serviços prestados de forma continuada aos seus colaboradores e ao público alvo.

11.3. Atender a essa demanda por alta qualidade e eficiência com economia, confiabilidade, flexibilidade, agilidade e racionalização de fluxos de trabalho é preocupação constante da alta direção dos órgãos, o que tornou a Tecnologia da Informação e Comunicação instrumento estratégico que deve estar alinhada com as áreas de negócios da instituição, como ocorre nesta Corte.

11.4. Nesta perspectiva, o objeto da presente contratação busca servir ao Planejamento Estratégico 2021-2028, adotado por esta Corte de Contas, onde podemos destacar o alinhamento com os Objetivos de Área: "Manter o parque computacional modernizado" e "Garantir a confidencialidade das informações e dos serviços mantidos pela SETIC".

12. RESULTADOS PRETENDIDOS (ART. 18, §1º, INCISO IX DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO X DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)

12.1. A implantação da solução Red Hat OpenShift pode trazer diversos benefícios para o TCE-RO, dentre os principais estão:

- **Agilidade no Desenvolvimento e Implantação de Aplicativos:** com o *OpenShift*, o TCE-RO pode adotar práticas de desenvolvimento ágeis e de entrega contínua, o que permite que as equipes de desenvolvimento coloquem novas versões de aplicativos em produção rapidamente. Isso acelera o *time-to-market* e permite que a instituição responda de forma mais ágil às demandas do mercado e às necessidades dos usuários.
- **Maior Flexibilidade e Portabilidade:** o uso de contêineres garante a portabilidade dos aplicativos, permitindo que sejam executados de forma consistente em diferentes ambientes de nuvem, como nuvens públicas, nuvens privadas ou ambientes on-premise. Isso proporciona maior flexibilidade para a instituição migrar seus aplicativos entre ambientes sem a necessidade de modificar o código, reduzindo o *lock-in* a uma única plataforma.
- **Eficiência Operacional e Redução de Custos:** a automação oferecida pela solução simplifica e agiliza processos de implantação, escalonamento e gerenciamento de aplicativos. Isso resulta em maior eficiência operacional, reduzindo a sobrecarga de tarefas manuais e liberando recursos de TI para atividades de maior valor. Além disso, a

capacidade de aproveitar a nuvem híbrida ou multicloud pode resultar em economia de custos significativa, otimizando o uso dos recursos computacionais.

- **Confiabilidade e Alta Disponibilidade:** o *Kubernetes*, a base do *OpenShift*, oferece recursos robustos de gerenciamento de contêineres, incluindo replicação automática e balanceamento de carga. Essas características garantem a confiabilidade e alta disponibilidade dos aplicativos em execução, minimizando o tempo de inatividade e maximizando a qualidade do serviço para os usuários.
- **Segurança Avançada e Conformidade:** a solução foi projetada com foco na segurança. Ela oferece recursos avançados de isolamento de contêineres, autenticação, autorização e auditoria de atividades. Isso ajuda a proteger os aplicativos e dados da instituição contra ameaças cibernéticas, garantindo conformidade com regulamentações de segurança e privacidade.
- **Escalabilidade e Flexibilidade para Inovação:** o *OpenShift* permite dimensionar os aplicativos de acordo com as demandas do negócio, seja para lidar com picos de tráfego ou para acompanhar o crescimento contínuo. Além disso, a plataforma facilita a adoção de novas tecnologias e arquiteturas, permitindo que a instituição inove e experimente com novas soluções para atender às necessidades em constante evolução do mercado.

12.2. Em resumo, a implantação do *Red Hat OpenShift* trará maior agilidade, eficiência operacional, segurança, escalabilidade e flexibilidade para o ambiente de desenvolvimento e implantação de aplicativos/softwarewares.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO X DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO X DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)

13.1. Não se vislumbra necessidade de tomada de providências de adequações para a solução a ser contratada visto que a mesma já se encontra em utilização pelo TCE-RO, assim como seus usuários e a equipe técnica já possuem experiência no uso das aplicações.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO (ART. 18, §1º, INCISO XII DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO X DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)

14.1. A presente contratação não apresenta a possibilidade de ocorrência de impactos ambientais.

15. ANÁLISE DE RISCOS

15.1. A etapa de análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamentos dos riscos relacionados à contratação. Eles podem ser categorizados como i) riscos que possam comprometer o sucesso dos processos de contratação e os ii) riscos da gestão contratual.

15.2. A análise dos riscos referente à pretensa contratação é apresentada por meio do mapa de riscos da contratação, que está disponível em anexo, sob o ID.0940076.

15.3. **Matriz de risco:** O art. 6º, inciso XXVII, da Lei nº. 14.133/2021 considera matriz de riscos como sendo uma listagem dos possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam afetar o equilíbrio econômico financeiro daquela relação jurídica. Todavia, a priori, a equipe de planejamento não vislumbra a necessidade de elaboração do referido documento uma vez que não se detectou possíveis eventos que justifiquem a sua criação.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, INCISO XIII DA LEI Nº. 14.133/2021 E ART. 6º, INCISO XIII DA RESOLUÇÃO Nº. 394/2023/TCE-RO)

16.1. A análise técnica e de mercado evidencia que a manutenção da plataforma **Red Hat OpenShift** representa a alternativa mais segura, eficiente e economicamente vantajosa para o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. A solução já se encontra consolidada, integrada aos sistemas críticos da instituição e plenamente aderente às necessidades de governança tecnológica, segurança da informação e continuidade operacional. As demais opções analisadas — como GKE, Tanzu, EKS, AKS e Kubernetes Vanilla — apresentam custos elevados, riscos de migração, dependência de provedores externos e limitações de suporte corporativo, tornando-se inviáveis frente ao cenário atual do Tribunal.

16.2. A atualização para a **versão Plus Premium** do OpenShift é medida necessária para dar continuidade à estratégia de modernização tecnológica e transformação digital em curso, assegurando que aplicações críticas, como PCe, EGESP e ContAi, operem com alto desempenho, escalabilidade e segurança. Essa evolução garante suporte oficial da Red Hat, atualizações contínuas e funcionalidades avançadas — como armazenamento persistente e gerenciamento distribuído — indispensáveis ao crescimento das operações e à estabilidade dos serviços prestados à sociedade. Assim, a contratação preserva investimentos já realizados em infraestrutura, capacitação e licenciamento, alinhando-se ao princípio da economicidade previsto na Lei nº 14.133/2021.

16.3. Dessa forma, conclui-se pela **manutenção da solução Red Hat OpenShift e evolução para a versão Plus Premium**, como forma de garantir a sustentabilidade do ambiente tecnológico do TCE-RO, minimizar riscos operacionais e potencializar os ganhos de eficiência e inovação institucional. A decisão está em conformidade com o Planejamento Estratégico 2021-2028, reforçando os eixos de modernização, transparência e segurança digital, e assegura que a Corte continue avançando em sua missão de promover o controle externo e a boa governança pública por meio de infraestrutura tecnológica robusta, escalável e aderente às melhores práticas internacionais.

16.3.1. Diante do exposto, atesta-se a viabilidade da contratação pretendida.

(assinado eletronicamente)
LUIZ HENRIQUE DE LIMA SIQUEIRA
Analista de TI
Matrícula: 560001

(assinado eletronicamente)
MARCO AURELIO HEY DE LIMA
COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA DE TIC
Matrícula: 375

Porto Velho, datado e assinado eletronicamente.




Documento assinado eletronicamente por **LUIZ HENRIQUE DE LIMA SIQUEIRA, Analista**, em 06/10/2025, às 21:34, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCO AURELIO HEY DE LIMA, Chefe**, em 06/10/2025, às 21:34, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 3º da [Instrução Normativa n. 84/2025/TCE-RO](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tzero.tc.br/validar>, informando o código verificador **0896623** e o código CRC **39F1A3F5**.

| | | | | | | |
|---|---|---|------------|---|----------------------|-------------------|
|  | | TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA | | | | |
| | | Secretaria Executiva de Licitações e Contratos - SELIC | | | | |
| | | Divisão de Licitações e Contratações - DLIC | | | | |
| Processo Administrativo | | SEI n. 005104/2025 | | | | |
| Identificação da Planilha | | Instrução de Cotação n. 067/2025/DLC/SELIC | | | | |
| Objeto: | | Contratação de empresa para o fornecimento de licenças da "solução profissional de gerenciamento de microserviços - Red Hat OpenShift", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, com vistas a atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. | | | | |
| Sistema de Registro de Preços: | | Não | | | | |
| Planilha de resumo de preços | | | | | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRUPO | QUANTIDADE | UNIDADE | VALOR MÉDIO UNITÁRIO | VALOR MÉDIO TOTAL |
| 1 | Red Hat OpenShift Platform Plus, Premium (2 Cores or 4 vCPU) - MW01621 – suporte e atualização por 12 meses | Único | 19 | Unidade | R\$ 40.817,21 | R\$ 775.526,99 |
| 2 | Serviços técnicos especializados em plataforma Red Hat - GPS-C, por hora da fabricante OU contratada | Único | 300 | Horas | R\$ 712,92 | R\$ 213.876,00 |
| 3 | Technical Account Manager especializado em Red Hat da contratada, Sessões Remotas Quinzenais pelo período de 12 meses | Único | 1 | TAM | R\$ 244.125,00 | R\$ 244.125,00 |
| Valor total médio estimado | | | | | | R\$ 1.233.527,99 |
| Responsável pela Pesquisa de Preços: | | | | Samir Araújo Ramos - Agente Operacional - Matrícula 379 | | |
| Declaro para todos os fins de direito, que realizei pesquisa de preços para futura aquisição/contratação dos itens presentes neste processo licitatório, que o preço de | | | | | | |
| → (1) Art. 8º da Resolução nº 397/2023/TCE-RO. | | | | | | |
| Data: sexta-feira, 20 de fevereiro de 2026 | | | | | | |